

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
DE MINAS GERAIS – *CAMPUS* OURO PRETO  
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

André Pimenta Perdigão

**ESTUDO PARA A CONSERVAÇÃO DA EDIFICAÇÃO  
CASA DA FESTA DE SÃO BARTOLOMEU**

Ouro Preto

2024

ANDRÉ PIMENTA PERDIGÃO

**ESTUDO PARA A CONSERVAÇÃO DA EDIFICAÇÃO  
CASA DA FESTA DE SÃO BARTOLOMEU**

Trabalho de Conclusão de Curso -  
manuscrito - apresentado ao Curso de  
Especialização em Gestão e Conservação  
do Patrimônio Cultural do Instituto Federal  
de Minas Gerais - *Campus* Ouro Preto para  
obtenção do grau de especialista em Gestão  
e Conservação do Patrimônio Cultural.  
Orientador: Regis Eduardo Martins

Ouro Preto

2024

---

P644e Perdigão, André Pimenta.

Estudo para a conservação da edificação Casa da Festa de São Bartolomeu [manuscrito] / André Pimenta Perdigão. – 2024.

106 f. : il.

Orientador: Regis Eduardo Martins.

Trabalho de Conclusão de Curso (tecnologia) – Instituto Federal de Minas Gerais. *Campus* Ouro Preto, 2024.

1. Casa da Festa – São Bartolomeu (Ouro Preto, MG). 2. Edifícios históricos – Conservação e restauração. 3. Patrimônio cultural – Minas Gerais. I. Martins, Regis Eduardo. II. Instituto Federal de Minas Gerais. *Campus* Ouro Preto. III. Título.

---

CDU 72.025(815.1)

Catálogo: Andresa Aredes Ferreira CRB-6/MG-003262/0



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS**  
**Campus Ouro Preto**  
**Diretoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação**  
**Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Gestão e Conservação do Patrimônio Cultural**  
Rua Pandiá Calógeras - Bairro Bauxita - CEP 35400-000 - Ouro Preto - MG  
- www.ifmg.edu.br

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

**ANDRÉ PIMENTA PERDIGÃO**

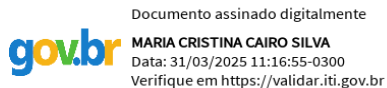
# **ESTUDO PARA A CONSERVAÇÃO DA EDIFICAÇÃO CASA DA FESTA DE SÃO BARTOLOMEU**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao curso de  
ESPECIALIZAÇÃO EM  
GESTÃO E CONSERVAÇÃO  
DO PATRIMÔNIO  
CULTURAL, ofertado  
pelo Instituto Federal de  
Educação, Ciência e Tecnologia  
de Minas Gerais - *Campus* Ouro  
Preto, como parte dos requisitos  
para a obtenção do título de  
ESPECIALISTA EM GESTÃO  
E CONSERVAÇÃO DO  
PATRIMÔNIO CULTURAL.

Aprovado(a) em 12 de dezembro de 2024, pela Banca Examinadora:

Prof. Dr. Regis Eduardo Martins – IFMG (Orientador)

Prof. Me. Rodrigo Otávio de Marco Meniconi (IFMG-Campus Ouro Preto)



Ouro Preto, 12 de dezembro de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Otavio de Marco Meniconi, Professor**, em 18/12/2024, às 11:35, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Régis Eduardo Martins, Professor**, em 17/01/2025, às 10:53, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.ifmg.edu.br/consultadocs> informando o código verificador **2137846** e o código CRC **FC826B02**.

23213.003315/2024-94

2137846v1

## RESUMO

O presente trabalho apresenta um plano de conversação e restauração para o imóvel Casa da Festa, situado no distrito de São Bartolomeu, pertencente ao município de Ouro Preto, Minas Gerais. A Casa da Festa constitui-se de um equipamento urbano e histórico, de uso comunitário que dá suporte às atividades culturais, reuniões da associação de moradores e eventos particulares promovidos no distrito. O estudo busca verificar e levantar as patologias presentes no imóvel e orienta as possíveis medidas mitigatórias para garantir a preservação do bem. Por meio de levantamentos fotográficos e arquitetônicos, fichas de inspeção e elaboração de diagnósticos do estado de conservação do imóvel o trabalho sugere as possíveis medidas para garantir a preservação do imóvel.

**Palavras-chave:** Arquitetura. Patrimônio Cultural edificado Plano de Conservação e Restauro.

## **ABSTRACT**

This paper presents a conservation and restoration plan for Casa da Festa, a property located in the district of São Bartolomeu, in the city of Ouro Preto, Minas Gerais. Casa da Festa is an urban and historical facility, for community use, which supports cultural activities, residents' association meetings, and private events held in the district. The study examines and identifies pathologies present in the property and guides possible mitigating measures for its preservation. Through photographic and architectural surveys, inspection records, and assessments of the state of conservation of the property, the paper suggests possible measures to ensure its preservation.

**Keywords:** Architecture. Built Cultural Heritage Conservation and Restoration Plan.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
1.1 Contextualização.....	8
1.2 Morfologia e conjunto urbano:.....	12
1.3 Características arquitetônicas da Casa da Festa.....	18
1.4 A Casa da Festa na atualidade.....	19
<b>2 DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>21</b>
2.1 Metodologia – Plano de Conservação.....	21
2.1.1 Parte 1.....	21
2.1.2 Parte 2.....	23
<b>3 DADOS LEVANTADOS.....</b>	<b>25</b>
3.1 Paredes.....	25
3.2 Pisos.....	27
3.4 Esquadrias – portas e janelas.....	29
<b>4 CONCLUSÃO.....</b>	<b>30</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>32</b>
<b>APÊNDICE B – LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO DA CASA DA FESTA.....</b>	<b>33</b>
<b>APÊNDICE A – FICHA DE INSPEÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO.....</b>	<b>37</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca demonstrar a grande importância que o distrito de São Bartolomeu e, em especial, a edificação Casa da Festa possuem para a manutenção, preservação e conservação da identidade cultural deste território.

Conhecendo a história do distrito, podemos compreender um pouco melhor como se deu o processo de colonização no interior das Minas Gerais, assim como as técnicas adotadas na época para a implantação dos sítios urbanos antrópicos caracterizados por um modo de se fazer arquitetura pautados em um decoro europeizado.

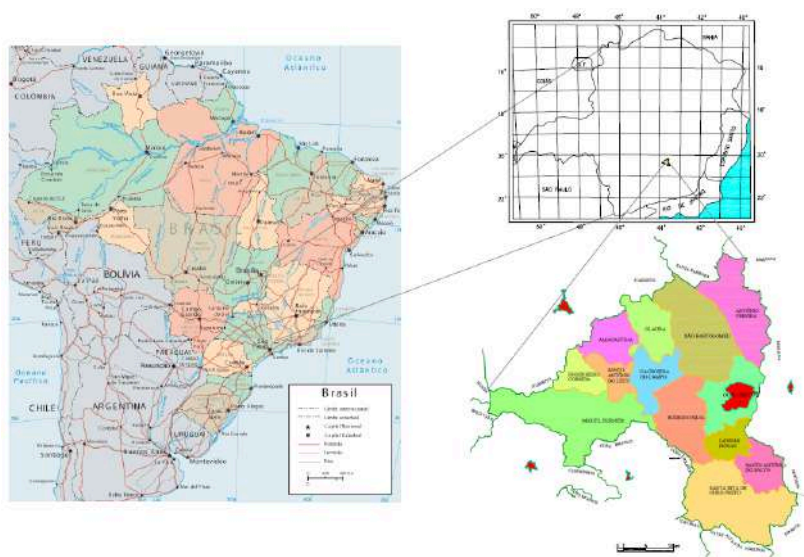
Para que fosse possível a apresentação deste estudo para a conservação preventiva da Casa da Festa, foi desenvolvido um estudo do estado de conservação da casa, pautado em um juízo de valor onde os elementos observados foram caracterizados como sendo “bom”, “regular” ou “ruim”, com o objetivo de traçar possíveis metodologias para a manutenção, conservação e preservação do referido bem, respeitando os princípios da restauração e garantindo uma possibilidade de maior qualidade de vida e segurança para aqueles que frequentam e utilizam as dependências do imóvel nos dias de hoje.

Diante das atuais necessidades que a casa vem apresentando, fica nítida a urgente demanda de se empenhar esforços para a manutenção do imóvel. Muitas estruturas da casa se apresentam em estado regular a ruim, colocando em risco a integridade do imóvel e também a segurança e qualidade de vida daqueles que utilizam as suas dependências. Preservar a Casa da Festa constitui uma ferramenta importantíssima para manter viva a memória cultural do distrito de São Bartolomeu, assim como continuar fomentando possíveis releituras no presente e lançando novas perspectivas para um futuro mais inclusivo e seguro. Para tanto, é necessário grande articulação social e política para que possamos manter vivo este legado.

## 1.1 Contextualização

Localizado a aproximadamente 100 km da capital mineira – Belo Horizonte – São Bartolomeu é um distrito pertencente ao Município de Ouro Preto. Conhecido pelo seu patrimônio cultural, presente em sua arquitetura, belezas naturais e manifestações imateriais, sem dúvidas, o distrito constitui um importante legado para o entendimento do processo civilizatório de nossa nação.

Figura 1 - Localização do distrito de São Bartolomeu



Fonte: Dossiê de Tombamento Do Conjunto Urbano de São Bartolomeu

Para que possamos entender melhor o surgimento do distrito, precisamos voltar alguns séculos e observar as histórias que se contam a respeito do descobrimento de ouro nos vales de Ouro Preto. Muito do que sabemos é atribuído a Bento Fernandes Furtado, filho do Coronel Salvador Fernandes Furtado, um dos primeiros paulistanos a seguir caminhos para estas regiões. Seguindo os escritos de Bento Fernandes: Pedro Tacques, Silva Ponte, Cláudio Manuel da Costa, Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos e, mais recentemente, Diogo de Vasconcelos. Em seu fundamento histórico do poema Vila Rica, Cláudio Manuel da Costa, importante inconfidente de 1789, assim descreve:

Ouro Preto que compreende em si vários ribeiros e morros com diferentes denominações, como são Passa Dez, Bom Sucesso, Ouro Fino, ou Bueno etc., teve por descobridores, nos mesmos anos de 1699, 1700 e 1701, a Antônio Dias, natural de Taubaté, ao Padre João de Faria Fialho, que viera por capelão das tropas de Taubaté e Tomás Lopes de Camargo, que se

situou nas lavras, que, ao depois, vieram a ser de Pascoal da Silva e Francisco Bueno da Silva, ambos paulistas, e, este último, primo do primeiro descobridor de Ituverava, Bartolomeu Bueno, de todos estes tomaram nome alguns bairros de Vila Rica.

Inspirado nestas informações obtidas do século XVIII, Diogo de Vasconcelos, escreve uma versão mais completa em 1901:

No dia seguinte, alvorecendo, sexta-feira, 24 de junho de 1698, os bandeirantes ergueram-se e deram mais alguns passos: todo o panorama estupendo do Tripuí, iluminado então pela aurora, rasgou-se dali aos olhos ávidos: e o Itacolomi, soberano da cordilheira, estampou-se nítido e firme no cerúleo do céu, que a luz reclamava de púrpura e ouro, de anil e rosas. Tomando o santo do dia, São João Batista foi o patrono da nova terra, voz *clamanti sin deserto*; e essa voz, ressoando nos ecos da solidão, despertou a natureza ouvindo a saudação do anjo: Ave Maria! Foi essa a madrugada em que realmente se fixou a era cristã das Minas Gerais. Estava descoberto o Ouro Preto (VASCONCELOS, 1901).

Esta narrativa também foi contestada por Augusto de Lima Júnior, que alegava concomitância com as bandeiras de Antônio Dias e João de Faria Fialho, apontando outros possíveis descobridores, como o aventureiro Manuel Garcia. Para Lima Júnior, coube a Antônio Dias a descoberta do ouro somente no bairro que hoje leva seu nome. De toda forma, há informações bem precisas a respeito da bandeira de Antônio Dias como precursora e a data 24 de junho de 1698, como a fundadora dos primeiros arraiais dos morros e vales que comporiam Vila Rica.

Para essa versão oficial, construída desde os tempos de Diogo de Vasconcelos, a Bandeira de Antônio Dias seria uma expedição - dentre outras - que percorreram o território mineiro à procura do Pico do Itacolomi. Segundo boato corrente, aos pés do pico – estranha formação rochosa que servia de referência para os primeiros desbravadores – um mulato de Taubaté havia, algum tempo antes, encontrado ouro de excelente qualidade. Uma vez noticiada a descoberta, várias expedições partiram à procura do local onde haviam sido encontradas aquelas pepitas que, pelo negrume da cor e teor único, chamaram muita atenção. Antônio Dias obteve sucesso nessa empreitada, “redescobrimo” o Ouro Preto em 1674.

Ao rumarem para o norte, os primeiros exploradores conheciam três regiões distintas no território, conforme o tipo de vegetação presente naquele local. Da Mantiqueira até a Borda do Campo, encontrava-se a região de Cataguá, lembrança dos povos originários que habitavam esta região. Das Serras da Borda do

Campo até a Serra do Itatiaia, estendia-se a região das Congonhas e Além da Itatiaia (que significa “pedra que sua”) e da Serra da Cachoeira começava o sertão do Caeté. Estas nomenclaturas indígenas foram apropriadas pelos bandeirantes (muitos falavam um misto de língua indígena e português). Assim, no final do século XVII e início do XVIII – quando começou a se encontrar as jazidas auríferas – existiam acima dos Cataguases, onde o cerrado se alternava com matas, as Congonhas (que significa “mato sumido”) e que denominava perfeitamente a região dos campos: o lugar onde o mato some. Além dos campos abria-se o Caeté (ou “mato fechado”), lugar de matas espessas, quase impenetráveis. Com o “aportuguesamento” dos termos indígenas Congonhas passou a ser simplesmente os Campos, o Caeté passou a ser o Mato Dentro. O termo cataguá, como deixa entrever Antonil, passou então a uma designação mais geral. Várias localidades passaram a ter como “sobrenome” a região em que se localizavam. Desta forma: Itabira do Campo (atual Itabirito), Congonhas do Campo, etc... No Mato Dentro temos Itabira do Mato Dentro (atual Itabira), Catas Altas do Mato Dentro, Conceição do Mato Dentro, etc. Desta forma nasceram vários de nossos topônimos.

Para começarmos a compreender melhor o distrito, destaco os Arraiais de Nossa Senhora da Cachoeira do Campo e de Santo Antônio do Campo da Casa Branca, situados nos limites da região dos campos e o Arraial do Apóstolo São Bartolomeu, erigido já em território de matas fechadas, ou “a mata”, como dizem até hoje os mais antigos. As três localidades se fixaram do lado oposto aos arraiais que compoariam Vila Rica, no outro contraforte da Serra da Cachoeira (ou, como posteriormente passou a ser conhecida, Serra de Ouro Preto). A histórica Serra se estende desde Santo Antônio dos Tabuões (nos arredores de Cachoeira do Campo) até o atual município de Mariana. Na cumeada desta imponente serra existem ainda os calçamentos e os vestígios de uma antiga estrada de acesso à Vila Rica. Nela se localizam também as nascentes do Rio das Velhas, rio de especial interesse na história da mineração nas Minas Gerais. O território do antigo Arraial de São Bartolomeu dominava vasta região em torno das nascentes. Parte dos antigos caminhos foi construída tendo o rio como guia ou referência.

É notório que o processo de formação do distrito está diretamente relacionado com a rica história do desenvolvimento de Minas Gerais no período colonial, marcado pela corrida do ouro. São Bartolomeu, assim como outras localidades, teve sua formação em virtude desta busca incessante. Mas quem foram,

de fato, os descobridores de São Bartolomeu? Sabemos da importância da Bandeira de Fernão Dias para o desbravamento do interior mineiro. Partida a expedição em julho de 1674, encontrou, meses depois, a nascente do Rio das Velhas. Apesar dos dados não comprovarem especificamente que Fernão e seu grupo foram os primeiros exploradores a percorrer estas paragens, estes dados são fatos importantes para se entender o contexto e importância que a Bacia do Velhas tem neste processo.

É corrente afirmar que vários arraiais mineiros tiveram sua formação nas crises de abastecimento, ou seja, um cenário de fome que assolava o território minerador nos fins do século XVII e inícios do XVIII. Diogo de Vasconcelos, no seu História Antiga das Minas Gerais, cita explicitamente São Bartolomeu (ao lado de Cachoeira e Casa Branca) como tendo surgido em decorrência das calamidades causadas pela falta de alimentos. Apontou a região como área de abastecimento, com grandes plantações e propriedades, de acordo com algumas passagens de Antonil. Ao falar dos caminhos que demandavam às Minas, escreve:

Desta serra [a de Itatiaia] seguem-se dois caminhos: um, que vai a dar nas Minas Gerais do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo e do Ouro Preto, e outro, que vai a dar nas Minas do Rio das Velhas, cada um deles de seis dias de viagem. E desta serra também começam as roçarias de milho e feijão, a perder de vista, donde se proveem os que assistem e lavram nas minas (VASCONCELOS, 1901).

O ponto de encontro dos dois caminhos citados pelo jesuíta é, sem dúvidas, o lugar chamado de Chiqueiro dos Alemães, ponto de convergência das duas estradas principais. Dali se podia seguir diretamente para Ouro Preto e Mariana (passando por Santa Quitéria do Alto da Boa Vista, Três Cruzes e Tripuí) ou para Sabará (pelo vale do Rio das Velhas). “As roçarias de milho e feijão, a perder de vista” sem dúvida se referem à região de Casa Branca, Cachoeira e São Bartolomeu.

Em suma, é possível compreender que o Arraial de São Bartolomeu constitui uma antiga ocupação, que se destacou pela produção agrícola aliada concomitantemente com a exploração do ouro. Sua boa relação com o Rio das Velhas e proximidade com a antiga capital fez de São Bartolomeu, no início do século XVIII, um importante arraial minerador e local estratégico para aqueles que passavam por estes antigos caminhos.

## 1.2 Morfologia e conjunto urbano

O processo de formação das povoações luso-brasileiras pode ser entendida como um evento singularmente adaptado à tradição urbanística portuguesa, instituída primeiramente em Portugal e, posteriormente, disseminada em suas colônias. De acordo com Manuel C. Teixeira:

As primeiras fases desses núcleos urbanos [brasileiros] eram habitualmente de responsabilidade dos próprios colonos, a maior parte das vezes sem apoio de arquitetos, de engenheiros ou de quaisquer especialistas. Inevitavelmente, eram inspirados nos modelos urbanos da metrópole que os colonos conheciam por sua própria experiência de vida e que reproduziam nos novos territórios. Em geral, essas referências eram as estruturas de povoamento frequentemente designadas por vernaculares, que se desenvolviam em uma articulação íntima com a topografia e que ali eram retomadas. Em outras situações [fundação de novos núcleos designada pela Coroa], ou em fases posteriores e mais estabilizadas da implantação humana, agrimensores, capitães dos navios ou alguém mais hábil ou mais qualificado no conhecimento da geometria colaboravam no arruamento. Nesses casos, o espírito geométrico já permeava o modo como se definiam os traçados urbanos, que tendiam a adotar uma estrutura de base regular. A crescente participação de arquitetos e de engenheiros, a partir do século XVI, reforçou a regularidade dos traçados, correspondendo à base da matemática da formação teórica desses técnicos, bem como aos ideais de racionalidade da cultura renascentista. A adoção desse tipo de traçado, baseados na geometria, correspondia também à crescente intervenção estatal no processo colonial, expressando, por meio da regularidade, a ordem imposta pelo poder real sobre o território (TEIXEIRA, 2012, p. 8-9).

A maior ou menor sujeição dos arruamentos aos padrões ortogonais foi sem dúvida um importante elemento para a interpretação dos sítios urbanos e, por consequência, da casa corrente luso-brasileira. Isso acontece uma vez que a forma que os quarteirões poderiam ter está condicionada tanto pelo agrupamento das casas em extensos conjuntos contínuos ou organizados em malha e sua relação com a topografia. Neste sentido, podemos reconhecer os impactos das condições de surgimento das povoações, se é de fundação ou espontânea ou aditiva, que essencialmente expressou resultados diferentes em cada um destes contextos. Para tanto, deve-se considerar, sobretudo, que:

As especificidades da cidade de origem portuguesa têm a ver com muitos aspectos: suas heranças culturais no contexto europeu e extraeuropeu, as lógicas de localização e de escolha dos sítios para a implantação dos núcleos urbanos, os elementos geradores dos traçados, sua relação com as características físicas do território e com as estruturas geométricas

subjacentes ao plano, as hierarquias e os elementos de referência do traçado, as praças e seu papel na organização urbana, as estruturas de quarteirão e de loteamento e os processos de planejamento e de construção da cidade (TEIXEIRA, 2012, p. 9).

Uma importante discussão presente na historiografia das cidades brasileiras ao longo do tempo esteve relacionada aos modos de ocupação e povoação dos territórios do ponto de vista morfológico, de forma a considerar as soluções urbanísticas adotadas durante a primeira fase de colonização portuguesa. A fase madura da produção das cidades, ocorrida no Setecentos em Portugal e posteriormente no Brasil, formada fundamentalmente na avaliação dos condicionantes naturais para a ocupação dos primeiros sítios, tinham como um de seus preceitos o menor dispêndio de recursos possíveis. Mais tarde, a estes foram incorporados saberes de maior disciplina teórica, com fundamentos baseados nos avanços tecnológicos da engenharia militar e na tratadística da época moderna. Roberta M. Delson e Rodrigo Bastos observaram que, ao longo da Idade Moderna, foi cada vez mais recorrente a predisposição para se posicionar os edifícios notáveis em lugares altos, reforçando-se a posição hierárquica destes, ou mesmo a busca por recursos capazes de assegurar melhor fruição estética para os sítios urbanos – medidas baseadas nos princípios de regularidade urbana, decoro e de uniformidade arquitetônica. Nesta perspectiva representada por Bastos (2015), temos:

A consideração do decoro – ou da ‘conveniência’ – foi decisiva, dentre outros aspectos, para a efetivação de uma política de povoamento, aumento e conservação das conquistas com a qual se procurou conciliar prudentemente as conveniências metropolitanas e as conveniências coloniais, políticas, humanas e edificadas; em um território cuja permanência dos povos e das povoações desde o final do século XVII foi problemática e, justamente a partir do século XVIII, se tornou imprescindível. Constituindo um preceito fundamental tanto aos regimes ético-políticos quanto aos regimes artístico-construtivos, o decoro proporcionou uma chave bastante interessante à compreensão de vários aspectos relativos à formação dessas novas povoações (BASTOS, 2016, p. 98, grifo do autor).

Inicialmente, assume-se a hipótese de Buarque de Holanda a respeito do processo das povoações de herança portuguesa. Esta interpretação embasou estudos de Paulo Santos e Sylvio de Vasconcellos – pesquisadores associados à arquitetura mineira, além de ser conduzida pelo antigo serviço do patrimônio. Posteriormente, com o trabalho “Evolução Urbana no Brasil” desenvolvido por Nestor Goulart Reis Filho e publicado em 1968, ficou evidente a preocupação com as

soluções urbanísticas conduzidas pela metrópole na forma de ocupação de suas colônias. Ao analisar os dois primeiros séculos de povoamento, o autor identificou vestígios de uma intenção, ainda que embrionária, de ordenação da ocupação das vilas e cidades brasileiras, intensificada a partir de 1720, sem que “até então, a existência de uma política urbanizadora, com maior ou menor conteúdo teórico, somente em casos muito singulares, significou regularidade nos traçados” (REIS FILHO, 1968, p. 131).

Estes aspectos ligados à reprodução de uma “política urbanizadora” podem ser observados a partir de alguns cenários presentes na produção dos espaços urbanos de herança portuguesa, representados sobretudo na morfologia das povoações. Luísa Trindade (2013), em seus estudos acerca das povoações em território português, identificou que os traços urbanos, em geral, podem assumir duas disposições: a ordenação linear ou a ordenação cruzada.

Para a autora, a Ordenação Linear pode ser definida como:

Na sua versão mais simples constitui uma rua única, bordejada de ambos os lados por ‘casarias’. As fachadas dos edifícios sucedem-se ao longo de um troço do caminho original, assim transformado em rua (TRINDADE, 2013, p. 142).

Já a Ordenação Cruzada é entendida da seguinte forma:

Ao contrário da série linear, nesta, o caminho original é sobretudo uma via de passagem, sendo o casario edificado ao longo de um conjunto de vias de distribuição perpendiculares àquele e equivalentes entre si. É um sistema mais complexo que a ordenação linear por originar dois níveis diferentes de vias: as de circulação e as de acesso ao grosso da mancha residencial. Em termos estritamente formais, o resultado final pode gerar manchas mais ou menos quadrangulares, retangulares ou ovaladas, sem que tal produza qualquer alteração de natureza tipológica (TRINDADE, 2013, p. 142-143).

Cada um destes métodos de organização do espaço urbano apresentaria maior propensão a estar associado a algum dos condicionantes, assim relacionados:

[...] relação estreita entre o ato de “arruar” e a topografia que prevalece sobre qualquer geometria prévia; / ortogonalidade da rede viária e do parcelário; / parcelário regular ao longo de uma via (frequentemente preexistente) segundo lotes estreitos e compridos; divisão por paredes mestras de meação; / modulação com base no quadrado e na sua evolução algébrico-geométrica para o retângulo; / interrupção das fiadas por travessas, permitindo o atravessamento perpendicular; / sucedâneos da unidade base do parcelário – o lote – os quarteirões são rectangulares, estreitos e compridos; / monodirecionamento da malha; / Quarteirões

constituídos por fileira de um único lote ou duas fileiras de lotes dispostos costas com costas; / Hierarquização viária segundo o sistema de ruas e travessas ou ruas de fachada e ruas de traseiras; [...] (TRINDADE, 2013, p. 160).

É possível observar que, entre os núcleos urbanos de herança portuguesa, de um modo geral, a ordenação linear foi a mais comum a ser adotada na implantação de novos traçados urbanos. Esse fator provavelmente esteve fortemente relacionado com a topografia e as características naturais do local, que se apresentavam como um limitador ao pleno exercício do arruamento em quadra. Do mesmo modo, tal organização se daria em função das vias de acesso originais ordenadas em função dos caminhos que já ligavam as povoações existentes naquela época (MARTINS, 2023, p. 219).

Esse processo de urbanização pode ser considerado como resultado da adaptação do homem ao contexto urbano incipiente dando origem a um modo específico de parcelamento do solo, como afirmou Ângela C. A. da Silva, na “necessidade do contacto directo com a rua [...]”, e na “urgência de um melhor aproveitamento desse espaço”, o que “determinou a forma do lote medieval rectangular, estreito e comprido” (SILVA, 2011, p. 89). Deste pensamento surge um tipo de lote predominante em quase todo Portugal, da Idade Média, até quase o fim do Período Moderno e que foi também disseminado em suas colônias.

No caso brasileiro e em especial em Minas Gerais, como em todo o cenário colonial, as diretrizes de um traçado urbanístico de herança português conferiram a permanência de conceitos e modos de organização pautados no decoro. Neste sentido, o lote godo-medieval conceituado por Luiza Trindade, pode ser considerado um elemento presente para a composição dos parcelamentos nas povoações mineiras e ofereceu organização aos primeiros sítios habitados.

Reforçando esta percepção e comparação, Trindade (2002) indicou a conformação dos lotes medievais na cidade de Coimbra como “alinhados em filas compactas”, na qual a parte mais estreita, destinada a comportar a fachada frontal, posicionado junto à rua, uma “disposição não só determinada por um maior aproveitamento do espaço urbano como pelo custo do solo, mais elevado junto às vias de circulação” (TRINDADE, 2002, p. 26). Sobre esse aspecto, a autora ainda chama a atenção para o seguinte fato:

[...] em zonas de maior centralidade, onde o preço naturalmente tende a subir, as fachadas tornam-se estreitíssimas e as casas assumem a forma de corredor. Na periferia ou em artérias secundárias, inversamente, diminui a tendência para o lote profundo embora prevalecendo o formato rectangular (TRINDADE, 2002, p. 26).

A forma de parcelamento do solo descrita pelos autores caracteriza habitações de frentes exíguas e profundas, com disposição para poucas aberturas tendo seus cômodos dispostos de forma longitudinal no terreno. Tal conformação e adaptações das edificações da casa corrente nas características do lote godo-medieval teve de se considerar também as necessidades de usar as áreas não edificadas dos lotes, como quintais, para abrigar animais domésticos e promover a agricultura, seja para subsistência ou fins comerciais. A manutenção da vida no campo no interior das primeiras povoações mineiras se deve, em partes, à grande dificuldade de abastecimento das colônias mineradoras, como foi o caso do antigo Arraial de São Bartolomeu, o que obrigava os habitantes das povoações a produzirem parte de sua subsistência alimentar nos locais não edificados de seus terrenos.

Na dimensão urbana, desenvolveu-se um modo de vida onde a rua – na parte frontal das residências – era palco das relações comerciais que ali se estabeleciam, dinâmica que se mantém presente até os dias de hoje. Podemos perceber que o conjunto urbano do distrito de São Bartolomeu é composto por uma ocupação harmônica e ainda bem preservada dos séculos XVIII e XIX, concentrada na Rua do Carmo. Quando observamos a forma de parcelamento e uso do solo, percebemos padrões de ocupação herdados dos modos dos lotes godo-medievais. No entanto, é importante destacarmos a ameaça que esta herança cultural está sujeita em virtude do avanço desenfreado da especulação imobiliária, ao crescimento urbano irregular e também ao Decreto Nº 5.584 de 16 de Janeiro de 2020 expedido pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto que pode flexibilizar o desmembramento e o remembramento de terrenos em áreas urbanas e rurais.

Quanto ao que se refere à sua forma, o distrito tem como via principal a Rua do Carmo, paralela ao Rio das Velhas – rio este que constituía umas das principais vias de acesso para os primeiros colonizadores ao interior das Minas Gerais. O distrito, ainda pouco adensado e com presença marcante de áreas verdes, preserva boas referências de nossa paisagem cultural. No conjunto urbano tombado, ainda podemos observar que a forma do lote adotada possui frentes mínimas, com

testadas que variam de 5 a 13 metros e com grandes dimensões de profundidade, remetendo-se às referências observadas por Trindade. Neste esquema, destaca-se a presença e a importância dos quintais das edificações, onde se pode plantar e cultivar os víveres que garantem parte da subsistência de alguns moradores até os dias de hoje. Originalmente, os lotes findavam às margens do rio, todavia, com o passar dos anos, criou-se uma via paralela à Rua do Carmo, conhecida como Rua da Praia.

O casario apresenta linguagem arquitetônica homogênea, contendo diversos referenciais das técnicas construtivas em circulação no Brasil no século XVIII. Há exceções, com edificações construídas posteriores à segunda metade do século XX e XXI que, a princípio, causam um impacto moderado na paisagem.

As edificações mais antigas do conjunto ainda preservam sua tipologia dos séculos XVII e XVIII, bastante simplificada. Em geral, as edificações resumem-se a dois ou três cômodos dispostos lado a lado e em sucessão longitudinal com uma circulação central. O sistema construtivo recorrente é o pau-a-pique e alvenaria de pedra nas fundações e em alguns exemplares, nas paredes externas, como é o caso da Casa da Festa.

Nas fachadas, predominam os cheios sobre os vazios. As vergas ora retas, ora arqueadas dos vãos, com esquadrias simples, sem caixilharia e vidro acompanhadas de folhas cegas de madeira, salientam ainda mais as características arquitetônicas recorrentes na época. Nos revestimentos, a caiação na alvenaria e a pintura em tinta à óleo, em cores fortes, nas esquadrias e no coroamento em cachorro e guarda-pó. Nas coberturas, também em sua grande maioria, podemos observar telhados formados em duas águas e revestidas com telha cerâmica, do tipo: capa-canal e com cumeeira paralela à rua. O conjunto, ainda bem preservado e com pouca descaracterização, se apresenta com edificações, em sua maioria, térreas, gerando um caráter horizontal na volumetria geral do conjunto. Nos pontos mais altos podemos observar a Igreja das Mercês e a Igreja Matriz de São Bartolomeu.

### 1.3 Características arquitetônicas da Casa da Festa

Quando analisado no contexto da casa corrente luso-brasileira nas colônias, em linhas gerais, no que se refere à dimensão funcional, corresponde às condições impostas pela produção do lote godo-medieval, determinando a disposição dos cômodos em sequência, sem a inclusão de aberturas laterais, em grandes partes das vezes associados a um corredor longitudinal que conecta o acesso principal (junto à rua) e aos fundos (proveniente do contato com o quintal). Este tipo de configuração para os ambientes, que denominaremos de “organização pluricelular sequencial”, já estava em desuso no contexto do mundo português desde a Idade Média, mas precisou de ser remodelado em função dos condicionantes locais. Tal cenário condicionou à repetição de programas de necessidades baseados na estrutura: “sala + alcova + cozinha” (receber/dormir/trabalho doméstico), que pode ser encontrada em quase todas as localidades povoadas pelos portugueses no Brasil desde o séc. XVI.

Os espaços urbanos das povoações de origem portuguesa alternavam um aspecto fortemente adensado à nível das ruas e com grandes áreas desocupadas no interior dos quarteirões, principalmente nas localidades onde prevaleceram as estruturas de quarteirão medieval e seiscentistas. A costumeira dependência dos quintais para a subsistência familiar, relatada pelos pesquisadores da casa corrente do Medieval, igualmente, se manteve nas vilas mineiras, em especial pelo relativo isolamento em relação às povoações litorâneas e as dificuldades constantes de abastecimentos enfrentadas nas Minas, durante a primeira década do séc. XVIII, reveladas pelos documentos camarários (BORREGO, 2004).

O imóvel Casa da Festa evidencia o seu contexto de produção moldado a uma tradição construtiva portuguesa. Implantado em um terreno em declive, o lote ainda preserva, em parte, uma de suas características originais do parcelamento do solo, sendo um terreno de pequena testada e profundo. Ao observarmos as divisões internas da casa, notamos os cômodos organizados em sucessão longitudinal e comunicados por uma circulação central. A edificação conta com um pavimento acima do nível da rua e também um no subsolo. A área descoberta, aos fundos, apresenta-se como um espaço de apoio. Também podemos observar neste local a presença de um pequeno chafariz de pedra em desuso e trechos de um calçamento pedra em estilo pé-de-moleque.

Na cobertura, o telhado se apresenta com a estrutura em madeira com elementos ainda originais. Revestido em telhas cerâmicas, tipo capa e canal, possui

duas águas em seu corpo principal com a cumeeira paralela à rua e uma derivação perpendicular, em duas águas com cumeeira também perpendicular à rua. Na fachada frontal, destaca-se o ritmo dos cheios e vazios com a presença das aberturas das esquadrias com vergas em arco abatido. O coroamento se dá com a presença de cachorros e guarda-pó em madeira. As esquadrias são em madeira do tipo de abrir com folhas cegas e sem presença de caixilharia. No que se refere às cores, predominam: o azul nas esquadrias, o azul e o branco no coroamento e o branco no acabamento das fachadas. Quanto ao acabamento dos pisos, pode-se observar a presença de tabuado em praticamente toda a edificação. Pisos cimentícios, cerâmicos e em terra batida também estão presentes no imóvel. Já nos forros, é possível identificar telhas vãs, esteiras em taquara e forros em lambril.

O sistema construtivo predominante é o pau-a-pique nas paredes internas. Já nas externas e no embasamento, a estrutura presente é a de pedra. A casa já passou por algumas adaptações para poder atender aos novos usos, sendo elas instalações elétricas, hidráulicas e hidrossanitárias, as quais foram realizadas utilizando sistemas construtivos atuais.

#### **1.4 A Casa da Festa na atualidade**

A Casa da Festa configura um equipamento urbano sob a responsabilidade da Associação de Desenvolvimento Comunitário de São Bartolomeu desde 1954 e vem desempenhando um papel importantíssimo na promoção e disseminação da cultura local do povo de São Bartolomeu. É fundamental a preservação deste bem por várias razões que abrangem aspectos históricos, culturais, sociais e econômicos. Sem dúvidas, a casa possui um valor inestimável e desempenha um papel crucial para a compreensão e apreciação do passado e, principalmente, na construção de uma identidade coletiva presente e futura com parcerias e atividades que são realizadas no imóvel a serviço da comunidade e visitantes.

A Casa da Festa é especialmente conhecida por abrigar e fomentar uma das mais antigas festas religiosas, dedicada a São Bartolomeu – padroeiro do distrito, e ao Divino Espírito Santo. A festa ocorre anualmente em agosto e é uma celebração marcada por tradições centenárias, incluindo procissões, missas, danças folclóricas, além de diversas manifestações culturais típicas da região de Minas

Gerais. Além do aspecto religioso e cultural, a Casa da Festa atrai pessoas de todas as partes, interessados na arquitetura histórica da região de Ouro Preto, que é conhecida por seu patrimônio colonial bem preservado e pelas tradições populares presentes no distrito.

Figura 2 - Eventos na Casa da Festa



Fonte: acervo pessoal do autor, 2024.

Em suma, a Casa da Festa é um local que fortalece a identidade cultural e histórica do povo de São Bartolomeu por meio de atividades sociais que dão novos significados e leituras ao patrimônio, contribuindo significativamente para a riqueza cultural de Minas Gerais e valorizando o passado e reescrevendo o nosso futuro. Desse modo, configura um bem importantíssimo que deve ser preservado.

## 2 DESENVOLVIMENTO

### 2.1 Metodologia – Plano de Conservação

#### 2.1.1 Parte 1

Pautados sob a ótica das metodologias na área da manutenção e conservação de bens edificados orientados pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ, 2017) e, em um segundo momento, na perspectiva de uma proposta de conservação e restauro das estruturas do patrimônio cultural da Casa da Festa, o empenho se torna plural, demandando esforços multidisciplinares. A possível compreensão deste patrimônio se assemelha aos ofícios de um médico, onde, a anamnese, o diagnóstico, a terapia e o controle correspondem respectivamente às investigações e levantamento de dados significativos para o entendimento do estado de conservação do imóvel. Dessa forma, é necessário contextualizarmos esses passos:

- a) anamnese: compreende ações de investigação para conhecimento detalhado do bem, incluindo etapas de pesquisa histórica, levantamento arquitetônico, in loco e análise tipológica.
- a pesquisa histórica inclui levantamento de dados em fontes arquivísticas, bibliográficas e orais. Tem como objetivo situar o bem no tempo, avaliando o contexto sociopolítico e cultural de sua produção. Inclui dados sobre a construção, uso original/ novos usos e alterações realizadas ao longo do tempo;
- o levantamento físico inclui as medições feitas in loco da edificação. Apresentadas por meio de representações técnicas de peças gráficas contendo as características físicas, incluindo informações sobre materiais e técnicas construtivas, detalhando os bens integrados, sistema estrutural e as instalações complementares (APÊNDICE B);
- a análise tipológica compreende a avaliação crítica e comparativa dos dados levantados nas etapas anteriores visando melhor compreensão das características do bem e da temporalidade dos seus elementos.

- b) diagnóstico: é baseado em abordagens históricas, qualitativas e quantitativas; devendo a abordagem qualitativa, tal como a investigação histórica, sendo baseada principalmente na observação direta dos danos reconhecidos no bem. A abordagem quantitativa é baseada principalmente em ensaios de materiais e estruturais, na monitorização e na análise estrutural. Nesta etapa, é observada as manifestações mais evidentes visando estabelecer o estado de conservação do bem e as relações de causa e efeito entre os agentes de deterioração existentes e os problemas identificados. Pode-se também incluir a elaboração de mapeamento de danos e análise do estado de conservação (APÊNDICE A); avaliação estrutural; avaliação ambiental; monitoramento dos danos e outros.
- c) terapia: aborda as diretrizes e critérios de intervenção, levando em consideração os valores e os princípios teóricos da preservação de bens culturais, estabelecendo os limites entre as ações de manutenção; conservação; recomposição e restauração. (FIOCRUZ, 2017; ICOMOS, 2003). Assim como, direcionar um planejamento das intervenções/tratamento de risco, descrevendo as prioridades de ações relacionadas ao bem edificado. Neste momento a terapia pode caminhar para uma conservação preventiva ou uma proposta de restauração. O planejamento das ações de conservação é uma das etapas que compõem o Plano de Conservação Preventiva da edificação;
- dentro das possíveis terapias, a opção por restauração deverá ser planejada por meio da elaboração de projetos, incluindo a mediação entre os diversos atores envolvidos na preservação dos bens culturais. Essa medida visa garantir a integridade dos espaços e dos acervos neles abrigados e/ou integrados, bem como o conforto humano, acessibilidade e atendimento às normas, tanto em relação ao sítio quanto à execução das obras. A avaliação de riscos, etapa que integra o Plano de Conservação Preventiva, deverá ser um indicador das prioridades de intervenção de restauro. Os projetos de restauração compreendem as seguintes fases: caracterização, diagnóstico, estudo preliminar, anteprojecto e projecto executivo;

- os projetos de restauração sintetizam e apresentam, através de material textual, audiovisual, fotográfico e gráfico, soluções para os problemas identificados no diagnóstico e, quando for o caso, para as modificações em relação aos usos dos espaços.
- d) controle: tem como objetivo constatar se a intervenção foi suficiente, insuficiente ou mesmo inadequada para a conservação do bem cultural. Na gestão da conservação vários processos são incluídos, tais como: vistorias periódicas, monitoramentos, conservação programada, gestão de riscos e educação patrimonial com os atores envolvidos (comunidade, visitantes e profissionais).

### **2.1.2 Parte 2**

Diante do levantamento dos dados a respeito da Casa da Festa, o processo metodológico para a proposta de Conservação Preventiva para a edificação passará pelos os seguintes tópicos:

- e) promover o diagnóstico do estado de conservação por meio de inspeção a fim de atestar a integridade dos materiais e as possíveis causas dos danos apresentados, os quais poderão ser apreciados na Ficha de Inspeção (APÊNDICE A);
- f) identificar o estado de conservação, sendo: bom, regular ou ruim feito a partir da observação direta dos itens preestabelecidos na ficha de inspeção (APÊNDICE A);
- g) identificar, a partir da classificação do estado de conservação, o caráter da ação conservativa – preventiva/ corretiva ou restauração.

Sendo preventiva, a ação de conservação deverá ser contínua e não invasiva. Sendo corretiva, as ações de conservação devem:

- h) levantar e mapear os danos identificados por meio de relatórios descritivos, registros fotográficos;
- i) realizar investigação acerca dos agentes diretos e indiretos que possam estar induzindo ao dano verificado;

- j) estabelecer critérios de intervenção com base nas fichas de inspeção e nos preceitos internacionais.

Desta forma, foram inspecionados na Casa da Festa: paredes, pisos, tetos, estruturas, revestimentos, esquadrias e instalações prediais. Nesta avaliação do estado de conservação do bem, pautamos em três juízos factuais, sendo: bom, regular e ruim (APÊNDICE B).

1. bom: quando os materiais se encontram sãos e/ou apresentam pequenos danos aparentes que não representam riscos às suas integridades física e estética, requerendo apenas ações de manutenção;
  - ação indicada: conservação preventiva.
2. regular: quando os materiais apresentam pequenos danos que representam riscos às suas integridades física e estética, sendo necessário para sua recuperação, efetuar serviços pontuais de consolidação e/ou de recomposição;
  - ação indicada: conservação corretiva.
3. ruim: quando os materiais se encontram tão danificados que se faz necessária uma consolidação de maior monta, ou uma restauração, a fim de devolver a estabilidade, características e qualidades do edifício;
  - ação indicada: obras e serviços de restauração.

### 3 DADOS LEVANTADOS

#### 3.1 Paredes

No que tange os revestimentos em argamassa das alvenarias, são originalmente de cal e areia, mas foram descaracterizados com o passar do tempo com o uso de técnicas construtivas atuais, tais como o uso das argamassas de cimento. Também é possível identificar algumas alvenarias de tijolo maciço ou furado.

Figura 3 - Fachada da Casa da Festa



Fonte: Google Maps, 2024.

Na fachada frontal, ainda bem preservada, foi possível observar o barrado pintado a óleo, sendo este uma intervenção posterior e inadequada, uma vez que a camada de tinta cria uma película que retém a umidade na alvenaria. Diante disto, é possível identificar o deslocamento da camada de pintura da superfície do revestimento, manifestada em forma de bolhas que se rompem após algum tempo. Além disto, a umidade presente nas paredes acelera o processo de decomposição das estruturas em madeira.

Figura 4 - Vista frontal da fachada da Casa da Festa



Fonte: acervo pessoal do autor, 2024.

Nas fachadas laterais e posterior, é possível identificar as alvenarias de pedra, assim como os trechos reconstruídos em técnicas construtivas atuais (tijolo maciço e furado).

Figura 5 - Fachadas laterais e de fundo da Casa da Festa



Fonte: acervo pessoal do autor, 2024.

Figura 6 - Fachada de fundo da Casa da Festa



Fonte: acervo pessoal do autor, 2024.

Em algumas partes das alvenarias internas, é possível perceber vários preenchimentos em argamassa de cimento. Por sua incompatibilidade com os sistemas construtivos tradicionais, identificamos desprendimentos, trincas e fissuras nas argamassas. Em alguns casos, a presença dos elementos já identificados está associada à presença biológica, acelerando o processo de degradação do bem.

Figura 7 - Paredes internas da Casa da Festa



Fonte: acervo pessoal do autor, 2024.

Figura 8 - Paredes internas da Casa da Festa



Fonte: acervo pessoal do autor, 2024.

### 3.2 Pisos

Em um panorama geral, os pisos da casa da festa encontram-se em bom estado de conservação, salvo aqueles que carecem de recomposição, pequenos reparos ou manutenção. É possível observar os seguintes tipos de piso na edificação: em madeira, cimentado e porcelanato.

Ainda que o panorama geral dos pisos da casa se enquadre em uma situação regular, é necessária grande atenção na estrutura do piso do cômodo da cozinha. Esse ambiente hoje se apresenta revestido em porcelanato assentado em massa de cimento, onde o mesmo é suportado por uma estrutura de madeira que se apresenta bastante deteriorada. Essa situação é uma das mais delicadas do imóvel, podendo carecer de uma intervenção de maior monta.

Figura 9 - Piso da Casa da Festa



Fonte: acervo pessoal do autor, 2024.

Figura 10 - Cozinha da Casa da Festa



Fonte: acervo pessoal do autor, 2024.

Figura 11 - Cozinha da Casa da Festa



Fonte: acervo pessoal do autor, 2024.

### 3.3 Tetos

Em um panorama geral, os tetos da Casa da Festa se encontram em estado regular de conservação. O grande desafio se encontra naqueles feitos em técnica de trançado de taquara nos quais há perda de pequenas porções. Nesses casos específicos, fica o questionamento: propor um reparo pontual ou fazer toda a troca da esteira, tendo em vista que a mesma compõe uma estrutura autônoma na qual a trama íntegra exerce função estrutural para o forro em questão?

Figura 11 - Cozinha da Casa da Festa



Fonte: acervo pessoal do autor, 2024.

### 3.4 Esquadrias – portas e janelas

Nas esquadrias é possível identificar em alguns pontos a presença de galerias provocadas por agentes xilófagos que degradam as peças em madeira, assim como a presença de sujidades e recomposições inadequadas. Outra situação importante a se observar é que todo o sistema de trancas das esquadrias é rudimentar ou simples, tornando a segurança algo frágil dentro das acomodações da casa (APÊNDICE B).

## 4 CONCLUSÃO

O presente trabalho deixa evidente o grande valor e importância que o distrito de São Bartolomeu e a Casa da Festa possuem para o entendimento do processo de colonização da região de Minas Gerais. Sua posição geográfica e implantação no território constituem importantes referenciais para o entendimento da herança cultural deixada pelos portugueses.

Tendo como recorte a casa, um importante equipamento urbano para os moradores do distrito de São Bartolomeu e para aqueles que visitam o local, a casa exerce um papel fundamental para a comunidade, sendo um centro de interações sociais que dá apoio para a realização de eventos culturais, reuniões comunitárias e eventos particulares. É evidente que a casa carece de atenção e cuidado no que tange aos os novos usos aplicados ao imóvel, associada ao seu presente estado de conservação para que seja possível a preservação da integridade do bem. Sem dúvidas, a preservação da Casa da Festa é uma fonte de inspiração para futuros projetos e iniciativas que irão manter e ressignificar a riqueza histórica e cultural do distrito, promovendo a identidade, estimulando a educação e o turismo e propiciando práticas sustentáveis. Um investimento no passado, garantindo um presente e reescrevendo o futuro.

Durante o desenvolvimento do trabalho da proposta de conservação preventiva para o imóvel Casa da Festa, ficou explícito que as estruturas de pisos, paredes e esquadrias da casa, assim como suas instalações prediais se encontram em uma situação geral regular em seu estado de conservação. Esses elementos são diagnosticados com pequenos danos que representam baixo risco às suas integridades físicas e estéticas, sendo necessário, para sua recuperação, efetuar serviços pontuais de consolidação e/ou recomposição. É de extrema importância nos atermos a respeito das técnicas construtivas aplicadas para a instalação dos novos usos ao imóvel, caracterizadas por intervenções construtivas posteriores e, em alguns casos, incompatíveis com a técnica construtiva tradicional. Esses, por sua vez, podem vir a acelerar o processo de degradação de algumas estruturas da casa.

Devemos reconhecer a responsabilidade moral de preservar o patrimônio cultural para garantir que ele seja transmitido de forma clara para as futuras gerações. Isso envolve o respeito e a valorização do legado deixado pelos antecessores, garantindo que futuras gerações possam experimentar e aprender

com esses bens valores, técnicas tradicionais e práticas culturais de épocas passadas. A proposta de conservação e restauro deve levar em consideração não apenas os aspectos técnicos e materiais, mas também envolve a comunidade, garantindo o uso sustentável do bem e respeitando os valores e significados atribuídos ao patrimônio ao longo do tempo. Dessa forma, a Casa da Festa pode ser considerada como instrumento vital para a proteção e valorização da herança cultural e histórica do distrito de São Bartolomeu.

## REFERÊNCIAS

BASTOS, Rodrigo A. **A arte do urbanismo conveniente: o decoro na implantação de novas povoações em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII**. Florianópolis: Editora UFSC, 2014.

BORREGO, Maria Aparecida M. **Códigos e práticas: o processo de constituição urbana em Vila Rica colonial (1702-1746)**. São Paulo: Annablume, 2004.

FIOCRUZ. Casa de Oswaldo Cruz. Programa de Conservação e Restauração de Acervos. **Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde - ANEXO I – PROGRAMAS DE PRESERVAÇÃO E GESTÃO**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2017. Disponível em: <https://www.coc.fiocruz.br/images/stories/PDFs/programa-de-conservacao-e-restauracao.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2024.

ICOMOS. **Princípios para a análise, conservação e restauro estrutural do património arquitectónico – 2003**. Adoptada pela 14.<sup>a</sup> Assembleia Geral do ICOMOS, em Victoria Falls, Zimbabwe, 2003. Disponível em: [https://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/carta-do-icomos-2003\\_principios.pdf](https://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/carta-do-icomos-2003_principios.pdf). Acesso em: 29 ago. 2024.

MARTINS, Régis Eduardo. A casa corrente luso-brasileira em Minas Gerais: releitura sobre a casa urbana das regiões de Vila Rica e do Rio das Mortes (séculos XVIII e XIX). *In*: ANAIS DO 5º SIMPÓSIO CIENTÍFICO ICOMOS BRASIL E 2º SIMPÓSIO CIENTÍFICO ICOMOS/LAC. **Anais [...]**. Belo Horizonte: UFMG, 2023. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/5-icomos-2-icomos-lac/583294-a-casa-corrente-luso-brasileira-em-minas-gerais--releitura-sobre-a-representacao-da-casa-urbana-mineira-dos-secu>. Acesso em: 29 ago. 2024.

REIS FILHO, Nestor G. **Quadro da Arquitetura no Brasil** (11<sup>a</sup> ed.). São Paulo: Perspectiva, 2006. 211p.

TEIXEIRA, Manuel C. **A Forma da Cidade de Origem Portuguesa**. São Paulo: Editora Unesp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012.

TRINDADE, Luísa. **A Casa Corrente em Coimbra: Dos Finais da Idade Média aos Inícios da Época Moderna**. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, 2002.

\_\_\_\_\_. **O Urbanismo na Composição de Portugal**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Vila Rica: Formação e desenvolvimento – Residências**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1977.

## APÊNDICE A – FICHA DE INSPEÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO

A análise de estado de conservação de uma edificação é um processo sistemático que visa avaliar as condições físicas e estruturais do imóvel, considerando o estado da matéria em uma perspectiva geral. Essa análise é fundamental para determinar a necessidade de reparos, manutenções ou até mesmo reformas, de forma a garantir a integridade, segurança e a acessibilidade ao edifício. Os parâmetros de bom, regular ou ruim foram utilizados para categorizar o estado de conservação da matéria, oferecendo uma visão geral clara e mais objetiva.

Desta forma consideramos a matéria com um bom estado de conservação aquela que os materiais se encontram são e/ou apresentam pequenos danos aparentes que não representam riscos às suas integridades física e estética, requerendo apenas ações de manutenção, tendo como ação indicada a conservação preventiva. Já os que foram considerados regular, apresentam pequenos danos que representam baixo risco às suas integridades física e estética, sendo necessário para sua recuperação, efetuar serviços pontuais de consolidação e/ou de recomposição e portanto a ação indicada é conservação corretiva. Já quando a matéria se enquadra como ruim onde os materiais se encontram tão danificados que se faz necessária uma consolidação de maior monta, caracteriza-se em uma ação de obra/ restauração, a fim de devolver a estabilidade, características físicas e qualidades ao edifício.

Nesta perspectiva foi observado o estado de conservação das estruturas de fundações, paredes, forros, pisos, esquadrias e cobertura, assim como os projetos complementares, sendo eles hidrossanitário, elétrico e de interiores. Com o levantamento destes dados podemos indicar a possível ação para a manutenção do bem e preservação deste bem.

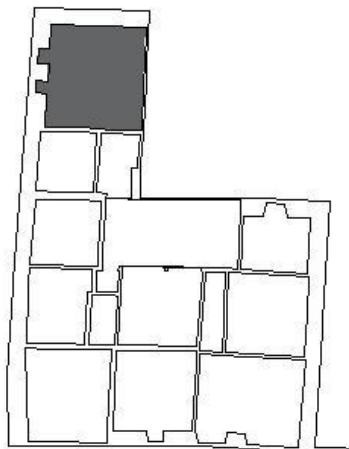
PARÂMETROS DE CONSERVAÇÃO		
	BOM	Quando os materiais se encontram sãos e/ou apresentam pequenos danos aparentes que não representam risco a integridade física e estética, requerendo apenas ações de manutenção.
	REGULAR	Quando os materiais apresentam pequenos danos que representam risco às suas integridades físicas e estéticas, sendo necessário, para sua recuperação, efetuar serviços pontuais de consolidação e/ou recomposição.
	RUIM	Quando os materiais se encontram tão danificados que se faz necessária uma consolidação de maior monta, ou uma restauração, a fim de devolver a estabilidade, as características e as qualidades do edifício.

IMÓVEL: CASA DA FESTA - RUA DO CARMO, S/N, SÃO BARTOLOMEU, OURO PRETO, MINAS GERAIS - BRASIL

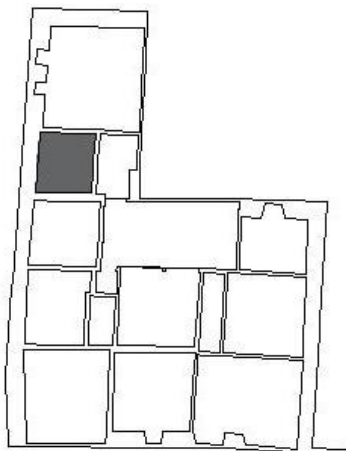
DATA DA INSPEÇÃO: 02/01/2024    ESTAÇÃO DO ANO: VERÃO

MATERIAL: PISOS

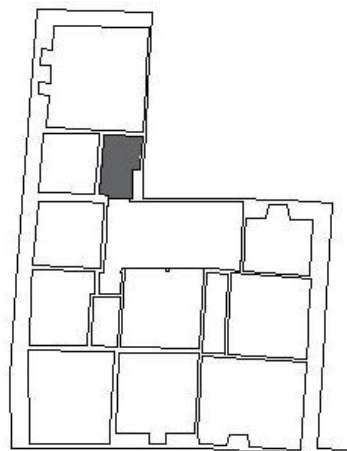
01



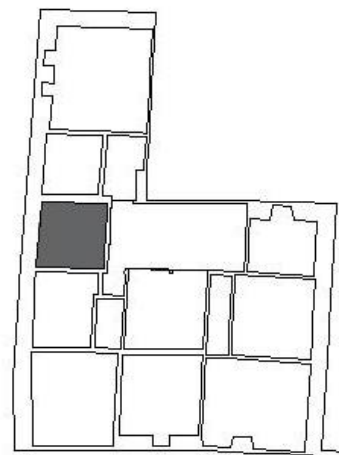
02



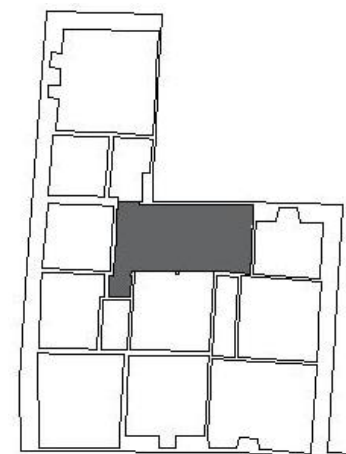
03



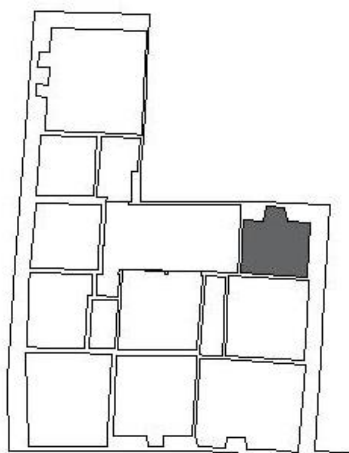
04



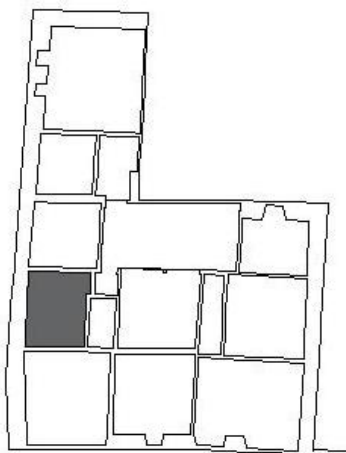
05



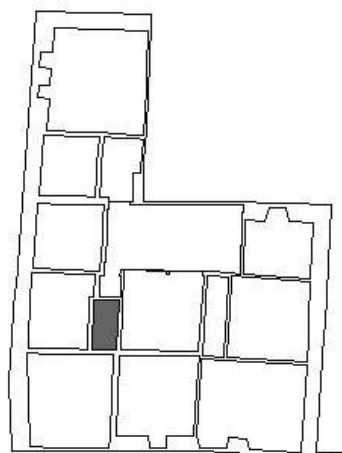
06



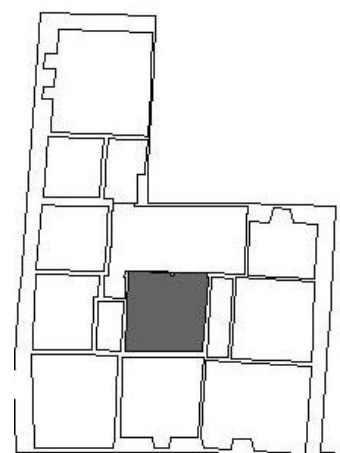
07



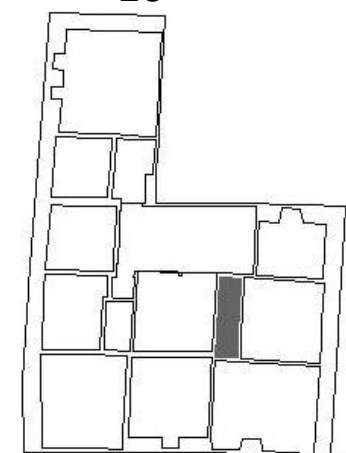
08



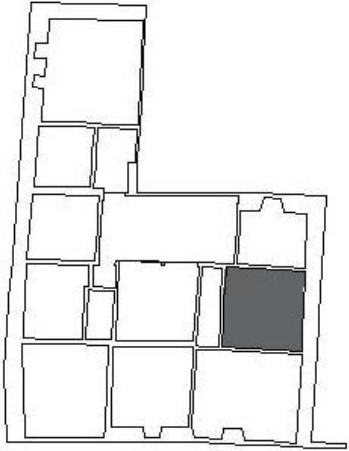
09



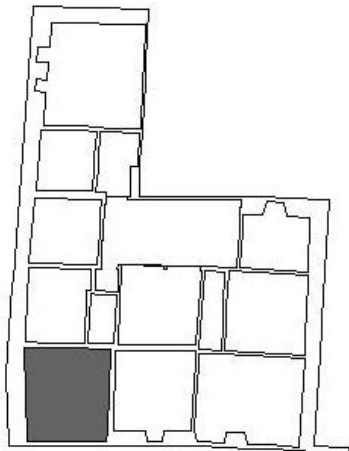
10



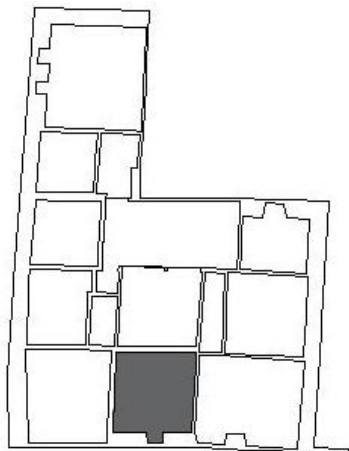
11



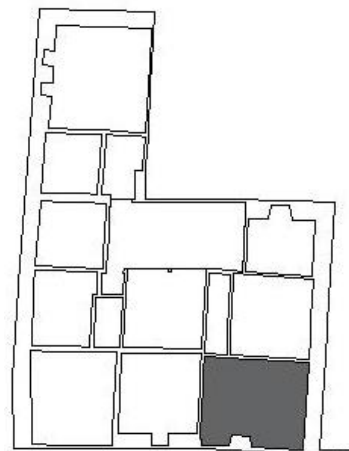
12



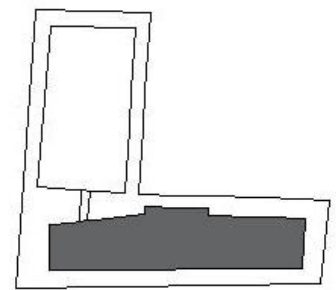
13



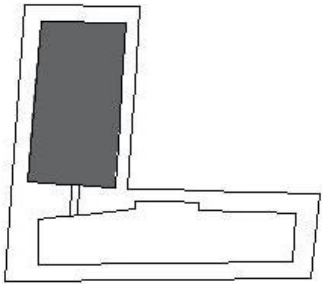
14



15

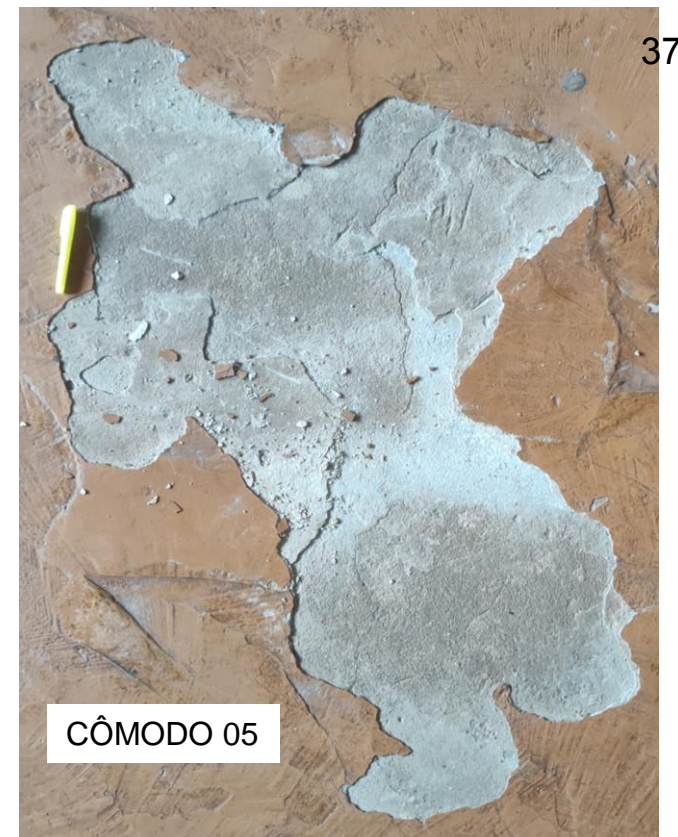


16





CÔMODO 14



CÔMODO 05



CÔMODO 06



CÔMODO 14



CÔMODO 04



CORREDOR LATERAL



CÔMODO 07



CÔMODO 01

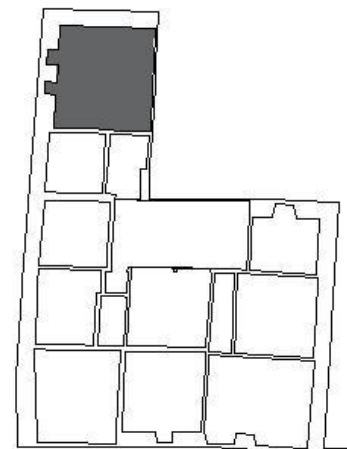
**IMÓVEL:** CASA DA FESTA - RUA DO CARMO, S/N, SÃO BARTOLOMEU, OURO PRETO, MINAS GERAIS - BRASIL

**DATA DA INSPEÇÃO:** 02/01/2024 **ESTAÇÃO DO ANO:** VERÃO

**MATERIAL:** ARGAMASSA DE CIMENTO COM PINTURA – PAREDES

ÍTEM	ASPÉCTOS DA SUPERFÍCIE	SIM	NÃO
<b>Superfície da argamassa</b>			
1	Presença de fungos		X
1.1	Trincas e fissuras	X	
1.2	Descolamento da pintura		X
1.3	Presença de umidade		X
1.4	Presença de sujidades		X
<b>2</b>	<b>INTEGRIDADE DA ARGAMASSA DE REVESTIMENTO</b>		
2.1	Lacuna parcial de pequenas porções	X	
2.2	Lacuna parcial de grandes proporções		X
2.3	Desplacamento		X
2.4	Pulverulência		X
2.5	Proliferação de plantas, líquens e fungos		X
2.6	Intervenção inadequada	X	

**MAPA CHAVE:**



ESTADOS DE CONSERVAÇÃO		AÇÃO INDICADA
BOM		CONSERVAÇÃO PREVENTIVA
REGULAR	X	CONSERVAÇÃO CORRETIVA
RUIM	X	RESTAURAÇÃO*



CÔMODO 01



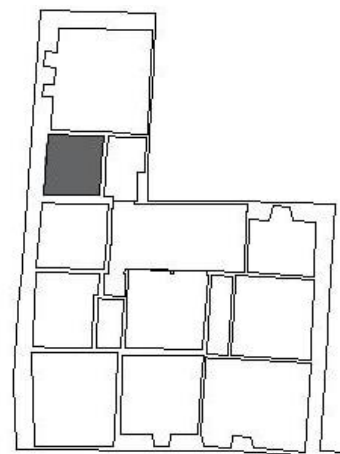
CÔMODO 01



LAJE DO CÔMODO 01

ÍTEM	ASPÉCTOS DA SUPERFÍCIE	SIM	NÃO
<b>Superfície da argamassa</b>			
1	Presença de fungos	X	
1.1	Trincas e fissuras	X	
1.2	Descolamento da pintura	X	
1.3	Presença de umidade	X	
1.4	Presença de sujidades	X	
2	<b>Integridade da argamassa de revestimento</b>		
2.1	Lacuna parcial de pequenas porções	X	
2.2	Lacuna parcial de grandes proporções		
2.3	Desplacamento	X	
2.4	Pulverulência	X	
2.5	Proliferação de plantas, líquens e fungos	X	
2.6	Intervenção inadequada	X	
<b>ESTADOS DE CONSERVAÇÃO</b>		<b>AÇÃO INDICADA</b>	
BOM		CONSERVAÇÃO PREVENTIVA	
REGULAR	X	CONSERVAÇÃO CORRETIVA	
RUIM		RESTAURAÇÃO	

## MAPA CHAVE:





CÔMODO 02



CÔMODO 02

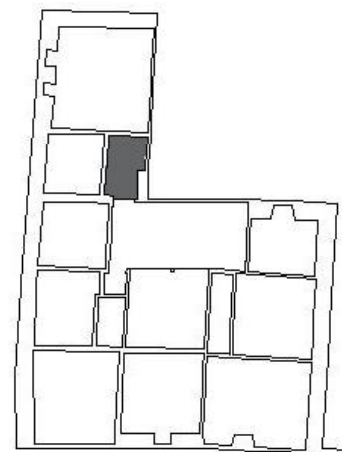


CÔMODO 02

ÍTEM	ASPÉCTOS DA SUPERFÍCIE	SIM	NÃO
<b>Superfície da argamassa</b>			
1	Presença de fungos	X	
1.1	Trincas e fissuras	X	
1.2	Descolamento da pintura	X	
1.3	Presença de umidade	X	
1.4	Presença de sujidades	X	
2	<b>Integridade da argamassa de revestimento</b>		
2.1	Lacuna parcial de pequenas porções	X	
2.2	Lacuna parcial de grandes proporções		X
2.3	Desplacamento	X	
2.4	Pulverulência		X
2.5	Proliferação de plantas, líquens e fungos		X
2.6	Intervenção inadequada	X	

ESTADOS DE CONSERVAÇÃO		AÇÃO INDICADA
BOM		CONSERVAÇÃO PREVENTIVA
REGULAR	X	CONSERVAÇÃO CORRETIVA
RUIM		RESTAURAÇÃO

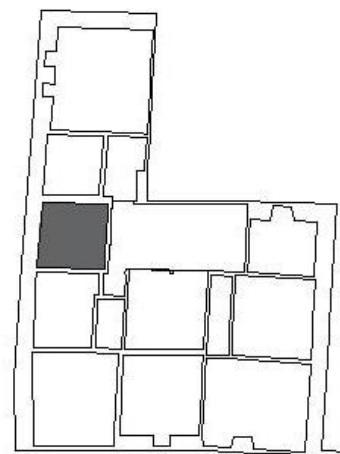
## MAPA CHAVE:





ÍTEM	ASPÉCTOS DA SUPERFÍCIE	SIM	NÃO
<b>Superfície da argamassa</b>			
1	Presença de fungos	X	
1.1	Trincas e fissuras	X	
1.2	Descolamento da pintura		X
1.3	Presença de umidade		X
1.4	Presença de sujidades		X
2	<b>Integridade da argamassa de revestimento</b>		
2.1	Lacuna parcial de pequenas porções	X	
2.2	Lacuna parcial de grandes proporções		X
2.3	Desplacamento		X
2.4	Pulverulência	X	
2.5	Proliferação de plantas, líquens e fungos	X	
2.6	Intervenção inadequada		X
<b>ESTADOS DE CONSERVAÇÃO</b>		<b>AÇÃO INDICADA</b>	
BOM		CONSERVAÇÃO PREVENTIVA	
REGULAR	X	CONSERVAÇÃO CORRETIVA	
RUIM		RESTAURAÇÃO	

## MAPA CHAVE:





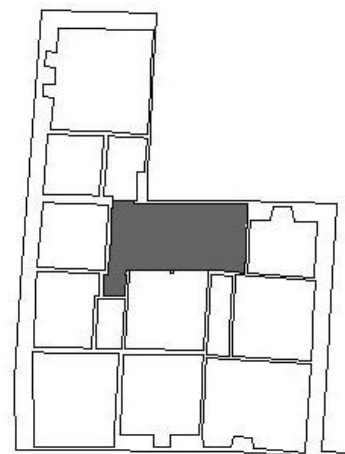
CÔMODO 04



CÔMODO 04

ÍTEM	ASPÉCTOS DA SUPERFÍCIE	SIM	NÃO
<b>Superfície da argamassa</b>			
1	Presença de fungos	X	
1.1	Trincas e fissuras		X
1.2	Descolamento da pintura		X
1.3	Presença de umidade		X
1.4	Presença de sujidades	X	
2	<b>Integridade da argamassa de revestimento</b>		
2.1	Lacuna parcial de pequenas porções		X
2.2	Lacuna parcial de grandes proporções		X
2.3	Desplacamento		X
2.4	Pulverulência		X
2.5	Proliferação de plantas, líquens e fungos		X
2.6	Intervenção inadequada	X	
<b>ESTADOS DE CONSERVAÇÃO</b>		<b>AÇÃO INDICADA</b>	
BOM		CONSERVAÇÃO PREVENTIVA	
REGULAR	X	CONSERVAÇÃO CORRETIVA	
RUIM		RESTAURAÇÃO	

## MAPA CHAVE:





CÔMODO 05

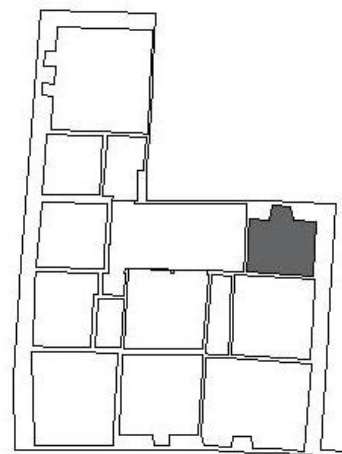


CÔMODO 05



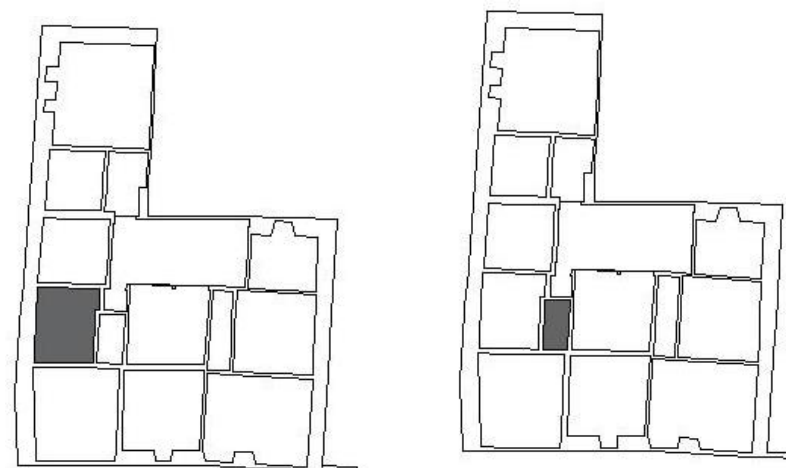
ÍTEM	ASPÉCTOS DA SUPERFÍCIE	SIM	NÃO
<b>Superfície da argamassa</b>			
1	Presença de fungos	X	
1.1	Trincas e fissuras	X	
1.2	Descolamento da pintura	X	
1.3	Presença de umidade	X	
1.4	Presença de sujidades	X	
2	<b>Integridade da argamassa de revestimento</b>		
2.1	Lacuna parcial de pequenas porções	X	
2.2	Lacuna parcial de grandes proporções	X	
2.3	Desplacamento	X	
2.4	Pulverulência	X	
2.5	Proliferação de plantas, líquens e fungos	X	
2.6	Intervenção inadequada		X
<b>ESTADOS DE CONSERVAÇÃO</b>		<b>AÇÃO INDICADA</b>	
BOM		CONSERVAÇÃO PREVENTIVA	
REGULAR	X	CONSERVAÇÃO CORRETIVA	
RUIM		RESTAURAÇÃO	

## MAPA CHAVE:



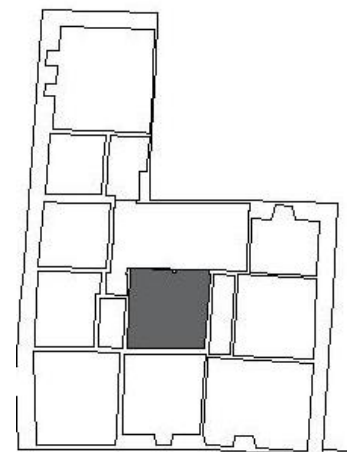


ÍTEM	ASPÉCTOS DA SUPERFÍCIE	SIM	NÃO
<b>Superfície da argamassa</b>			
1	Presença de fungos		X
1.1	Trincas e fissuras		X
1.2	Descolamento da pintura	X	
1.3	Presença de umidade	X	
1.4	Presença de sujidades	X	
2	<b>Integridade da argamassa de revestimento</b>		
2.1	Lacuna parcial de pequenas porções	X	
2.2	Lacuna parcial de grandes proporções		X
2.3	Desplacamento		X
2.4	Pulverulência		X
2.5	Proliferação de plantas, líquens e fungos		X
2.6	Intervenção inadequada	X	
<b>ESTADOS DE CONSERVAÇÃO</b>		<b>AÇÃO INDICADA</b>	
BOM		CONSERVAÇÃO PREVENTIVA	
REGULAR	X	CONSERVAÇÃO CORRETIVA	
RUIM		RESTAURAÇÃO	

**MAPA CHAVE:**



## MAPA CHAVE:

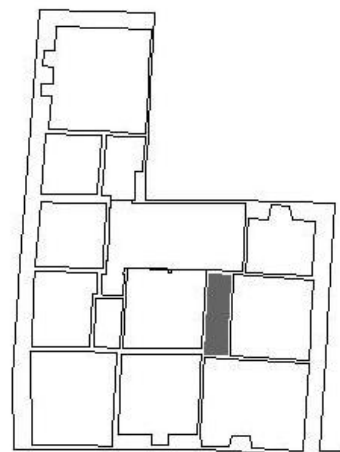


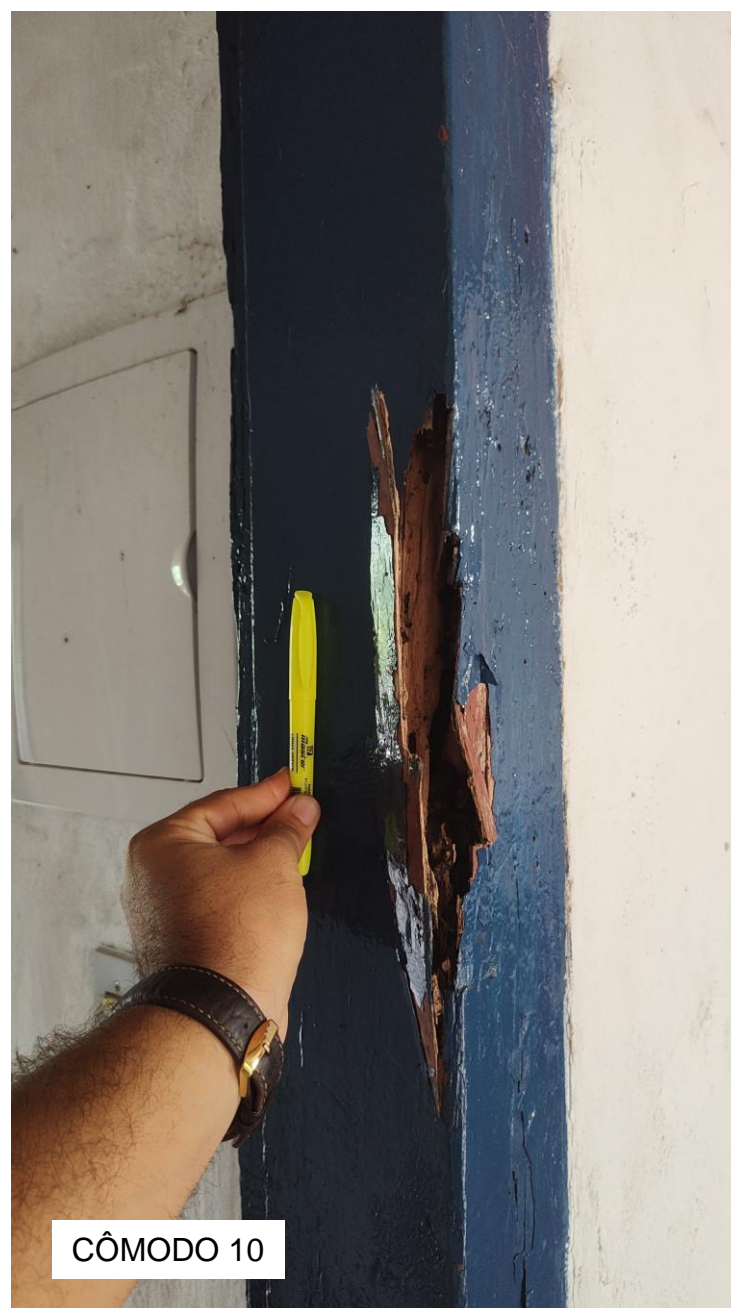
ÍTEM	ASPÉCTOS DA SUPERFÍCIE	SIM	NÃO
<b>Superfície da argamassa</b>			
1	Presença de fungos		X
1.1	Trincas e fissuras		X
1.2	Descolamento da pintura		X
1.3	Presença de umidade		X
1.4	Presença de sujidades		X
2	<b>Integridade da argamassa de revestimento</b>		
2.1	Lacuna parcial de pequenas porções		X
2.2	Lacuna parcial de grandes proporções		X
2.3	Desplacamento		X
2.4	Pulverulência		X
2.5	Proliferação de plantas, líquens e fungos		X
2.6	Intervenção inadequada		X
<b>ESTADOS DE CONSERVAÇÃO</b>		<b>AÇÃO INDICADA</b>	
BOM	X	CONSERVAÇÃO PREVENTIVA	
REGULAR	■	CONSERVAÇÃO CORRETIVA	
RUIM	■	RESTAURAÇÃO	



ÍTEM	ASPÉCTOS DA SUPERFÍCIE	SIM	NÃO
<b>Superfície da argamassa</b>			
1	Presença de fungos		X
1.1	Trincas e fissuras		X
1.2	Descolamento da pintura	X	
1.3	Presença de umidade		X
1.4	Presença de sujidades	X	
2	<b>Integridade da argamassa de revestimento</b>		
2.1	Lacuna parcial de pequenas porções	X	
2.2	Lacuna parcial de grandes proporções		X
2.3	Desplacamento		X
2.4	Pulverulência		X
2.5	Proliferação de plantas, líquens e fungos		X
2.6	Intervenção inadequada		X
<b>ESTADOS DE CONSERVAÇÃO</b>		<b>AÇÃO INDICADA</b>	
BOM		CONSERVAÇÃO PREVENTIVA	
REGULAR	X	CONSERVAÇÃO CORRETIVA	
RUIM		RESTAURAÇÃO	

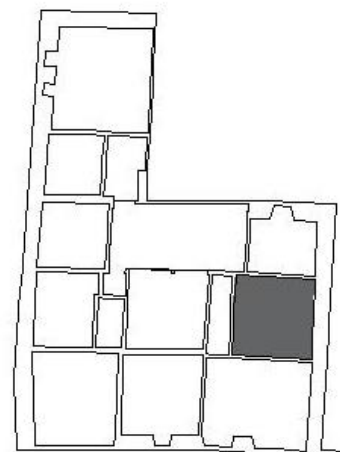
## MAPA CHAVE:





ÍTEM	ASPÉCTOS DA SUPERFÍCIE	SIM	NÃO
<b>Superfície da argamassa</b>			
1	Presença de fungos	X	
1.1	Trincas e fissuras	X	
1.2	Descolamento da pintura	X	
1.3	Presença de umidade	X	
1.4	Presença de sujidades	X	
2	<b>Integridade da argamassa de revestimento</b>		
2.1	Lacuna parcial de pequenas porções	X	
2.2	Lacuna parcial de grandes proporções	X	
2.3	Desplacamento	X	
2.4	Pulverulência	X	
2.5	Proliferação de plantas, líquens e fungos	X	
2.6	Intervenção inadequada		X
2.7	Presença de animais biológicos	X	
<b>ESTADOS DE CONSERVAÇÃO</b>		<b>AÇÃO INDICADA</b>	
BOM		CONSERVAÇÃO PREVENTIVA	
REGULAR	X	CONSERVAÇÃO CORRETIVA	
RUIM		RESTAURAÇÃO	

## MAPA CHAVE:

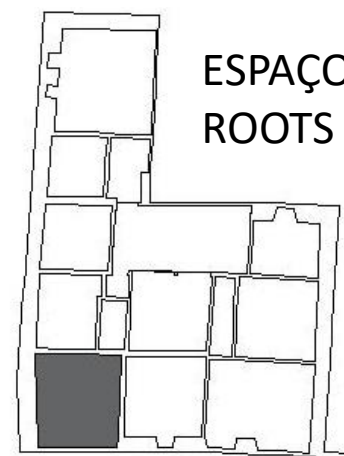




CÔMODO 11

ÍTEM	ASPÉCTOS DA SUPERFÍCIE	SIM	NÃO
<b>Superfície da argamassa</b>			
1	Presença de fungos		X
1.1	Trincas e fissuras		X
1.2	Descolamento da pintura		X
1.3	Presença de umidade		X
1.4	Presença de sujidades	X	
2	<b>Integridade da argamassa de revestimento</b>		
2.1	Lacuna parcial de pequenas porções	X	
2.2	Lacuna parcial de grandes proporções		X
2.3	Desplacamento		X
2.4	Pulverulência		X
2.5	Proliferação de plantas, líquens e fungos		X
2.6	Intervenção inadequada		X
<b>ESTADOS DE CONSERVAÇÃO</b>		<b>AÇÃO INDICADA</b>	
BOM		CONSERVAÇÃO PREVENTIVA	
REGULAR	X	CONSERVAÇÃO CORRETIVA	
RUIM		RESTAURAÇÃO	

## MAPA CHAVE:

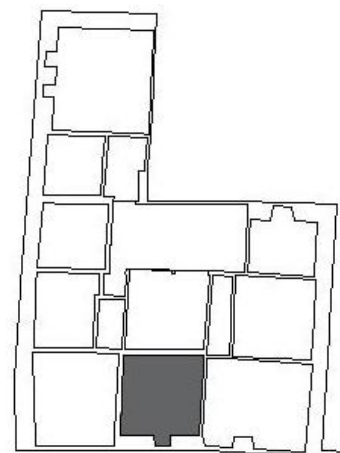


ESPAÇO DE DOMÍNIO DO PROGRAMA  
ROOTS – ROTAS DO TURISMO



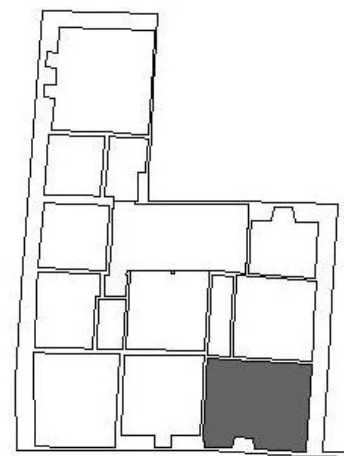
ÍTEM	ASPÉCTOS DA SUPERFÍCIE	SIM	NÃO
<b>Superfície da argamassa</b>			
1	Presença de fungos		X
1.1	Trincas e fissuras	X	
1.2	Descolamento da pintura	X	
1.3	Presença de umidade		X
1.4	Presença de sujidades	X	
2	<b>Integridade da argamassa de revestimento</b>		
2.1	Lacuna parcial de pequenas porções	X	
2.2	Lacuna parcial de grandes proporções		X
2.3	Desplacamento	X	
2.4	Pulverulência		X
2.5	Proliferação de plantas, líquens e fungos		X
2.6	Intervenção inadequada		X
<b>ESTADOS DE CONSERVAÇÃO</b>		<b>AÇÃO INDICADA</b>	
BOM		CONSERVAÇÃO PREVENTIVA	
REGULAR	X	CONSERVAÇÃO CORRETIVA	
RUIM		RESTAURAÇÃO	

## MAPA CHAVE:





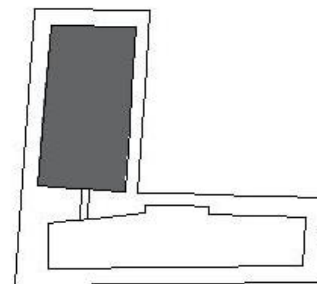
ÍTEM	ASPÉCTOS DA SUPERFÍCIE	SIM	NÃO
<b>Superfície da argamassa</b>			
1	Presença de fungos		X
1.1	Trincas e fissuras	X	
1.2	Descolamento da pintura	X	
1.3	Presença de umidade		X
1.4	Presença de sujidades	X	
2	<b>Integridade da argamassa de revestimento</b>		
2.1	Lacuna parcial de pequenas porções	X	
2.2	Lacuna parcial de grandes proporções		X
2.3	Desplacamento	X	
2.4	Pulverulência		X
2.5	Proliferação de plantas, líquens e fungos		X
2.6	Intervenção inadequada		X
<b>ESTADOS DE CONSERVAÇÃO</b>		<b>AÇÃO INDICADA</b>	
BOM		CONSERVAÇÃO PREVENTIVA	
REGULAR	X	CONSERVAÇÃO CORRETIVA	
RUIM		RESTAURAÇÃO	

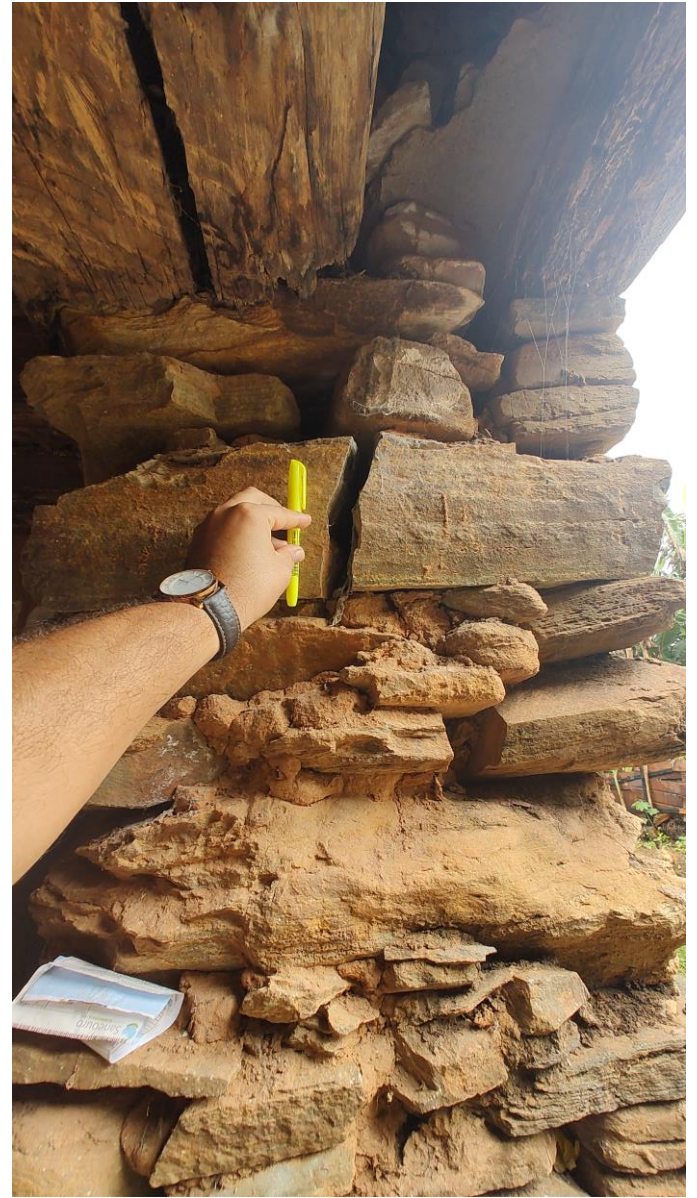
**MAPA CHAVE:**



CÔMODO 14

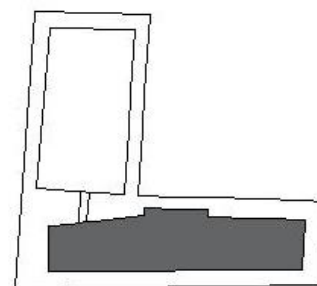
ÍTEM	ASPÉCTOS DA SUPERFÍCIE	SIM	NÃO
<b>Superfície da argamassa</b>			
1	Presença de fungos	X	
1.1	Trincas e fissuras	X	
1.2	Descolamento da pintura		X
1.3	Presença de umidade	X	
1.4	Presença de sujidades	X	
2	<b>Integridade da argamassa de revestimento</b>		
2.1	Lacuna parcial de pequenas porções	X	
2.2	Lacuna parcial de grandes proporções	X	
2.3	Desplacamento		X
2.4	Pulverulência	X	
2.5	Proliferação de plantas, líquens e fungos	X	
2.6	Intervenção inadequada	X	
<b>ESTADOS DE CONSERVAÇÃO</b>		<b>AÇÃO INDICADA</b>	
BOM		CONSERVAÇÃO PREVENTIVA	
REGULAR		CONSERVAÇÃO CORRETIVA	
RUIM	X	RESTAURAÇÃO	







ÍTEMX	ASPÉCTOS DA SUPERFÍCIE	SIM	NÃO
<b>Superfície da argamassa</b>			
1	Presença de fungos	X	
1.1	Trincas e fissuras	X	
1.2	Descolamento da pintura		X
1.3	Presença de umidade	X	
1.4	Presença de sujidades	X	
<b>2</b>	<b>Integridade da argamassa de revestimento</b>		
2.1	Lacuna parcial de pequenas porções	X	
2.2	Lacuna parcial de grandes proporções		X
2.3	Desplacamento		X
2.4	Pulverulência	X	
2.5	Proliferação de plantas, líquens e fungos	X	
2.6	Intervenção inadequada		X
<b>ESTADOS DE CONSERVAÇÃO</b>		<b>AÇÃO INDICADA</b>	
BOM		CONSERVAÇÃO PREVENTIVA	
REGULAR	X	CONSERVAÇÃO CORRETIVA	
RUIM		RESTAURAÇÃO	



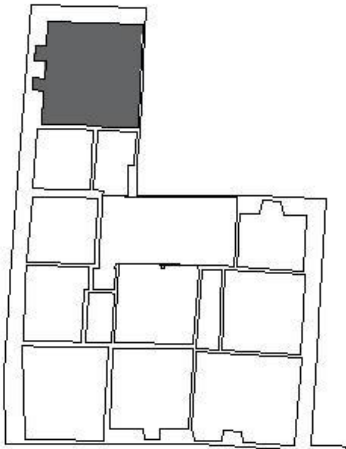


IMÓVEL: CASA DA FESTA - RUA DO CARMO, S/N, SÃO BARTOLOMEU, OURO PRETO, MINAS GERAIS - BRASIL

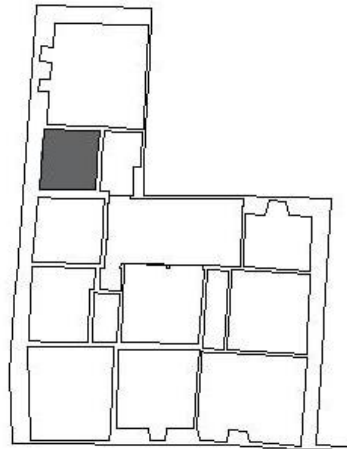
DATA DA INSPEÇÃO: 02/01/2024    ESTAÇÃO DO ANO: VERÃO

MATERIAL: TETO

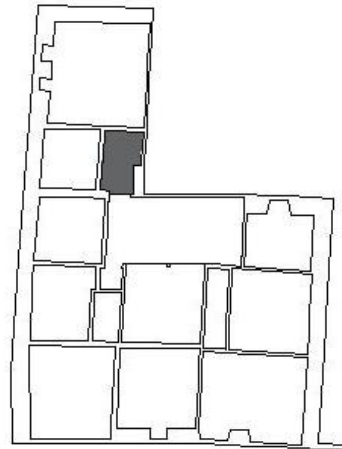
01



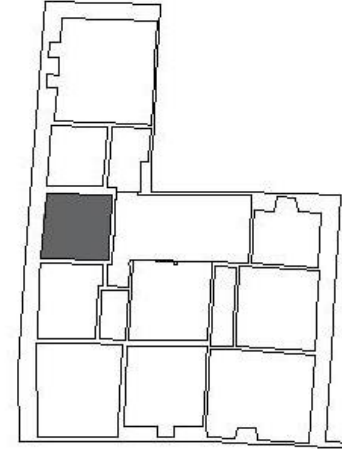
02



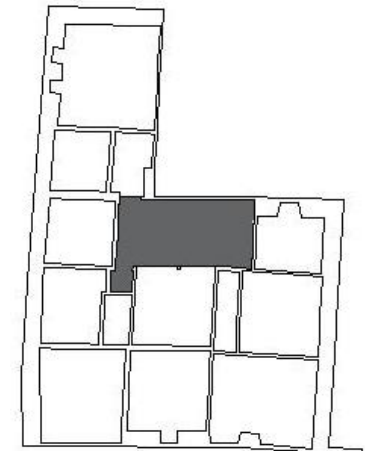
03



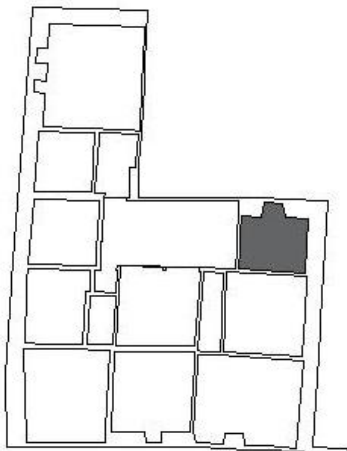
04



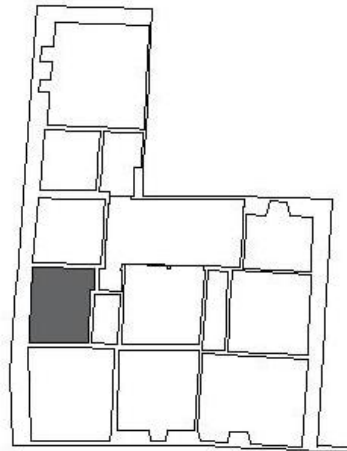
05



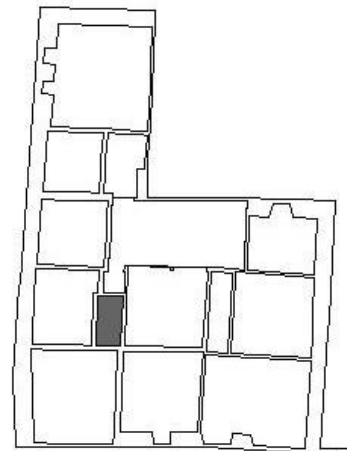
06



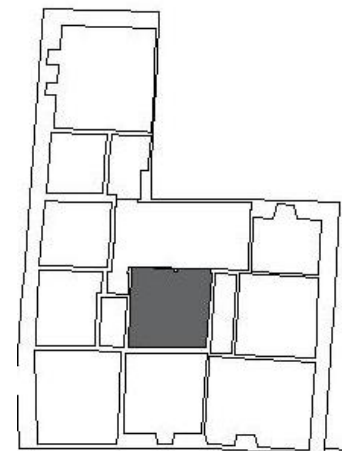
07



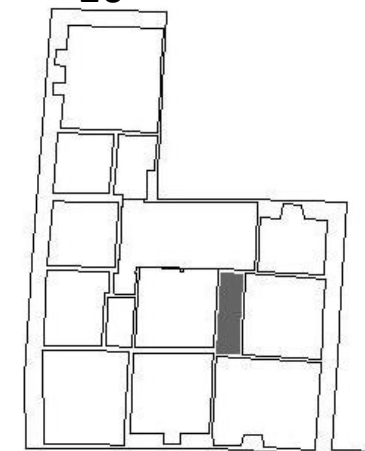
08

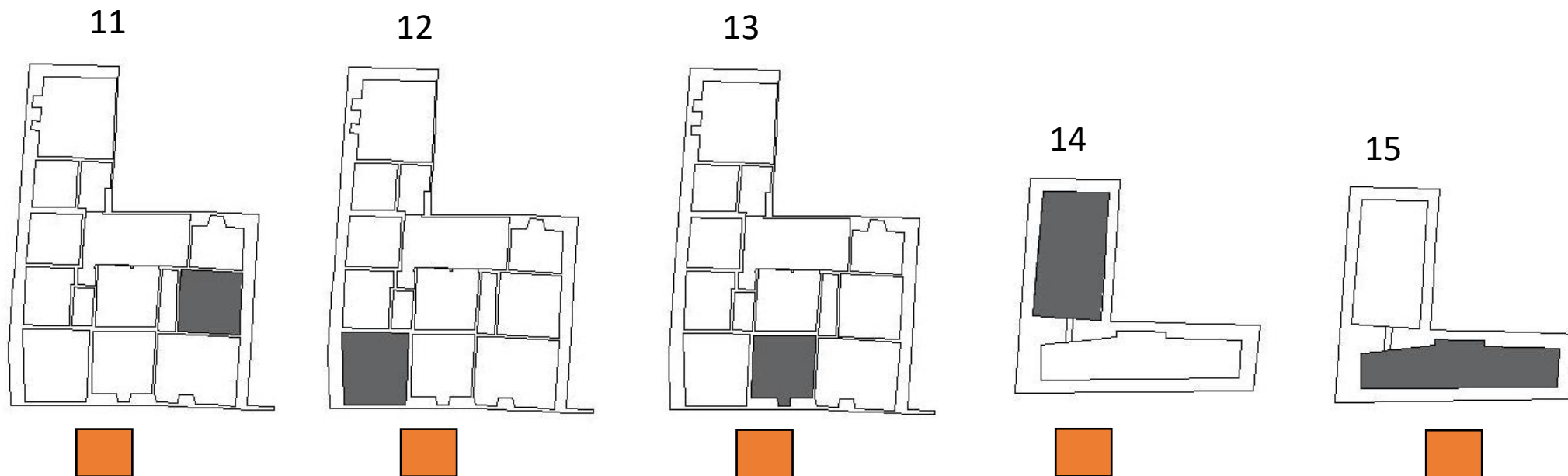


09



10





### LEGANDA

BOM	Quando os materiais se encontram são e/ou apresentam pequenos danos aparentes que não representam risco a integridade física e estética, requerendo apenas ações de manutenção.
REGULAR	Quando os materiais apresentam pequenos danos que representam risco às suas integridades físicas e estéticas, sendo necessário, para sua recuperação, efetuar serviços pontuais de consolidação e/ou recomposição.
RUIM	Quando os materiais se encontram tão danificados que se faz necessária uma consolidação de maior monta, ou uma restauração, a fim de devolver a estabilidade, as características e as qualidades do edifício.

ESTADOS DE CONSERVAÇÃO		AÇÃO INDICADA
BOM		CONSERVAÇÃO PREVENTIVA
REGULAR	X	CONSERVAÇÃO CORRETIVA
RUIM		RESTAURAÇÃO

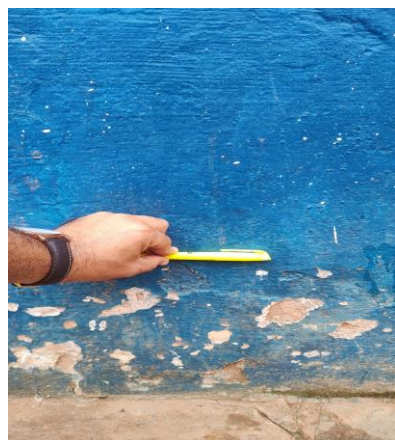


IMÓVEL: CASA DA FESTA - RUA DO CARMO, S/N, SÃO BARTOLOMEU, OURO PRETO, MINAS GERAIS - BRASIL

DATA DA INSPEÇÃO: 02/01/2024    ESTAÇÃO DO ANO: VERÃO

MATERIAL: FACHADAS

FACHADA FRONTAL:





FACHADA POSTERIOR



FACHADA POSTERIOR



FACHADA LATERAL DIREITA



FACHADA LATERAL DIREITA



Descolamento da pintura:



Lacunas do revestimento:



Lacunas do revestimento:



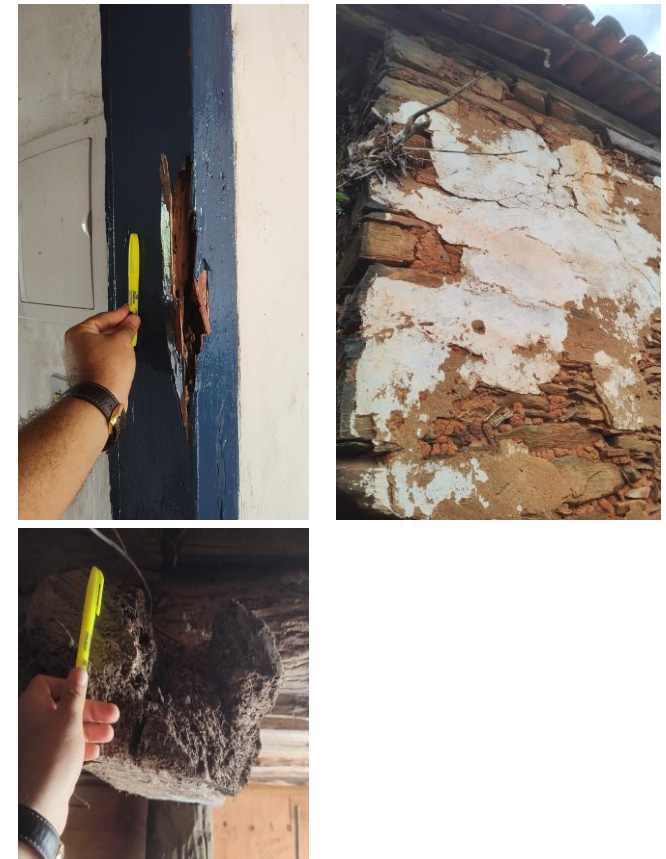
Trincas e fissuras:



Descolamento do revestimento:



Infestação biológica:



PORTA (PM14)

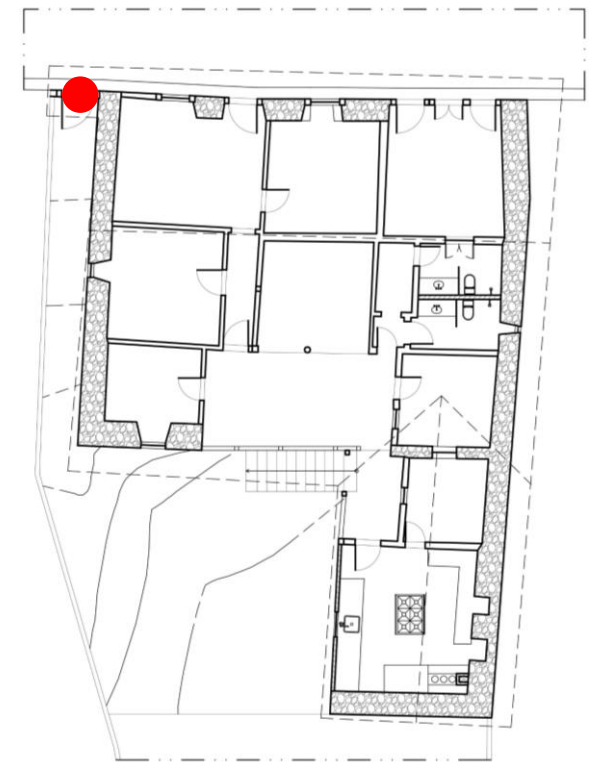


Vista externa



Vista interna

Mapa chave:



PORTA (PM13)

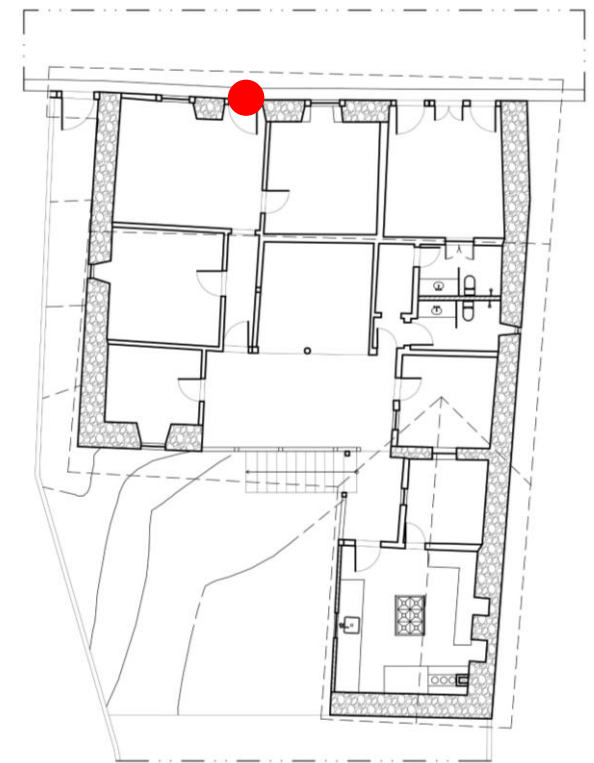


Vista externa



Vista interna

Mapa chave:



PORTA (PM 09, 10 e 11)

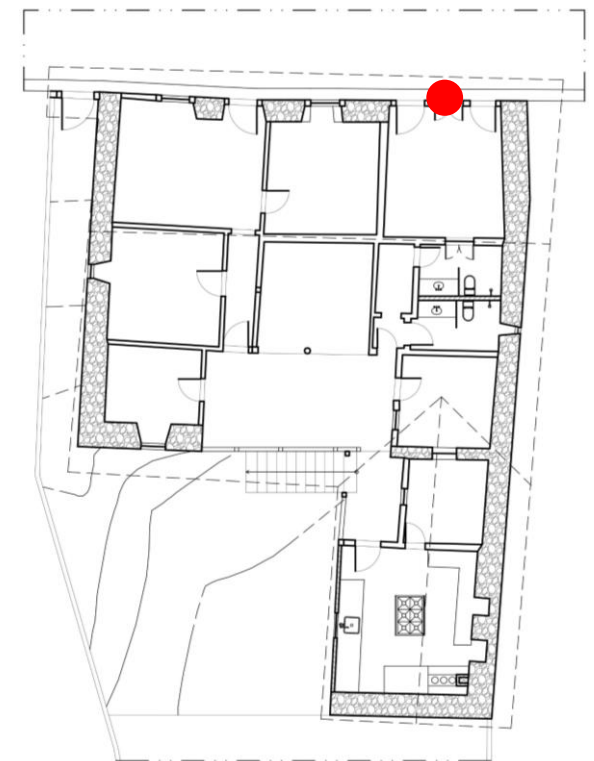


Vista externa



Vista interna

Mapa chave:



PORTA (PM 12)

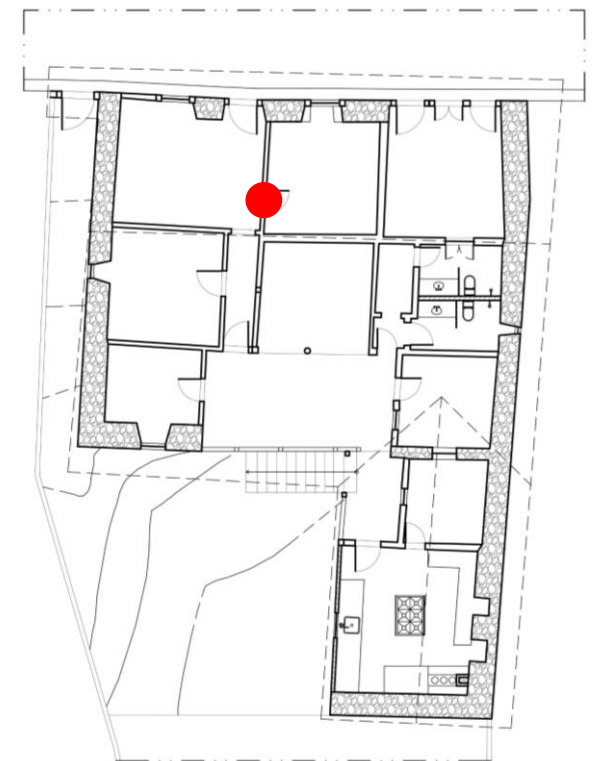


Vista externa



Vista interna

Mapa chave:



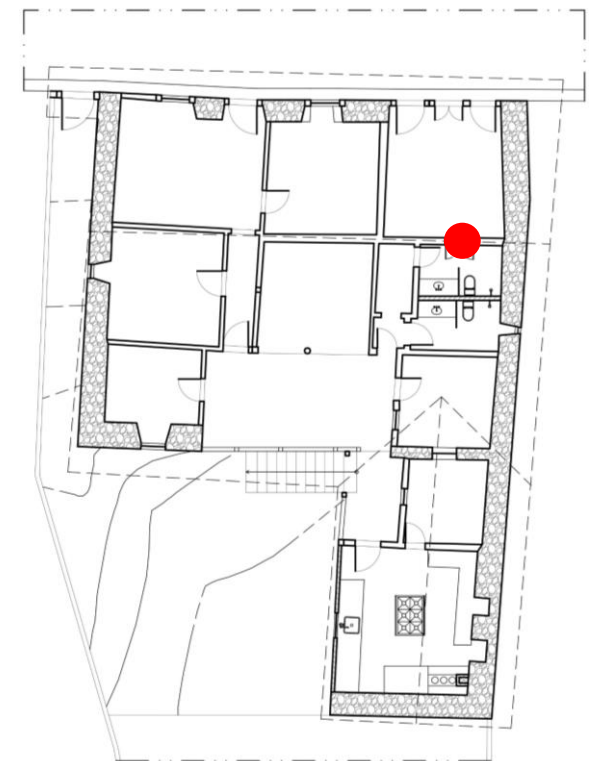
PORTA (PM 07)



Vista externa

Vista interna

Mapa chave:



PORTA (PM 08)

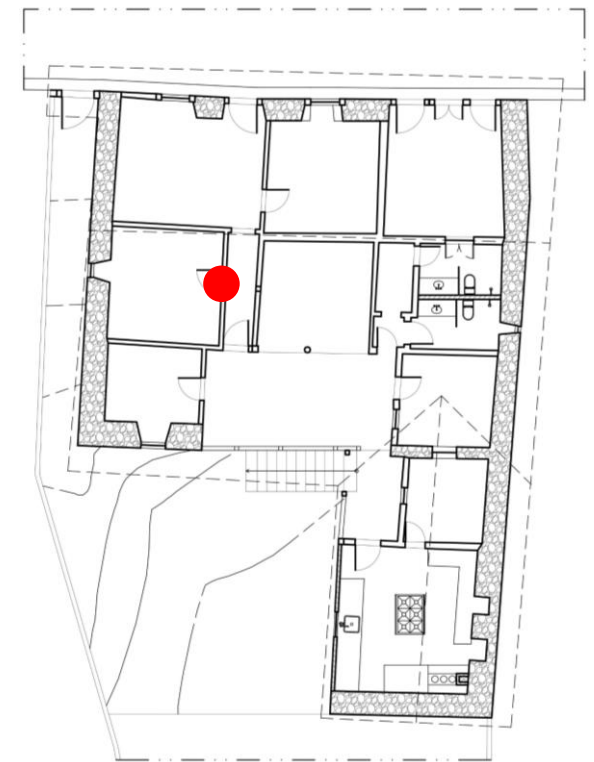


Vista externa



Vista interna

Mapa chave:



PORTA (PM 06)

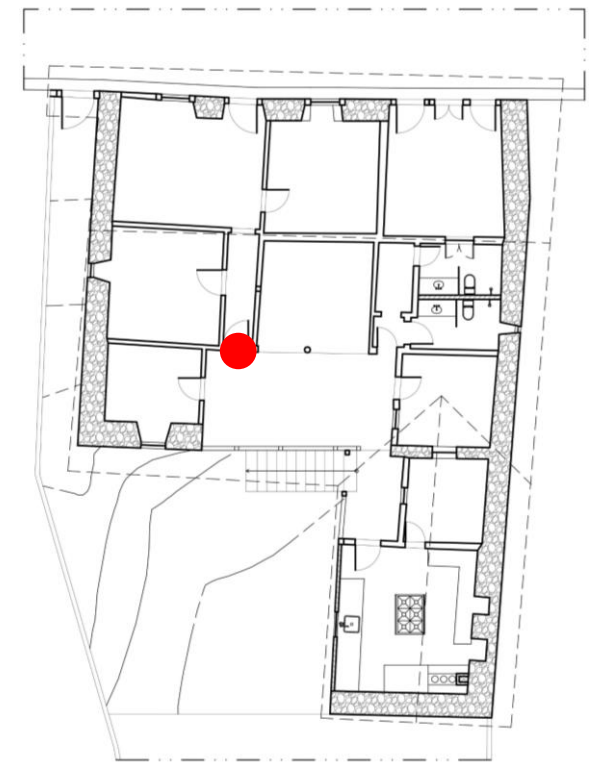


Vista externa



Vista interna

Mapa chave:



PORTA (PM 01)

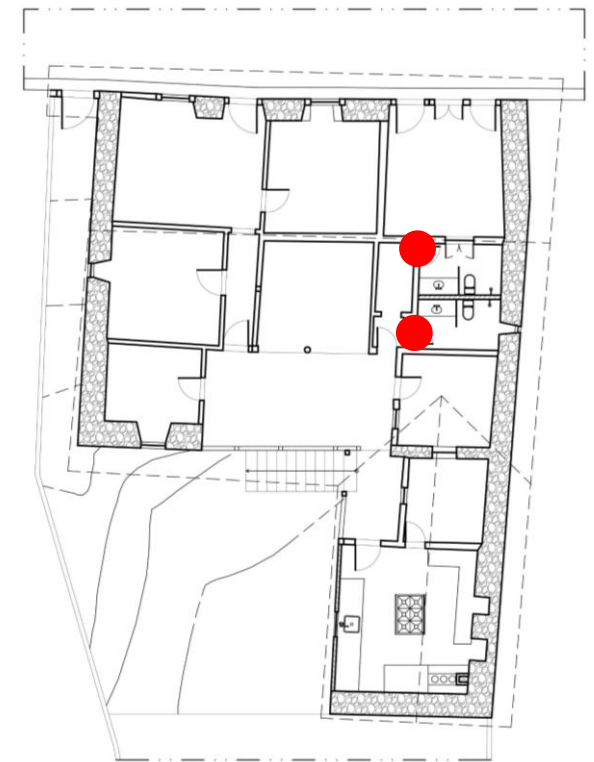


Vista externa



Vista interna

Mapa chave:



PORTA (PM 13)

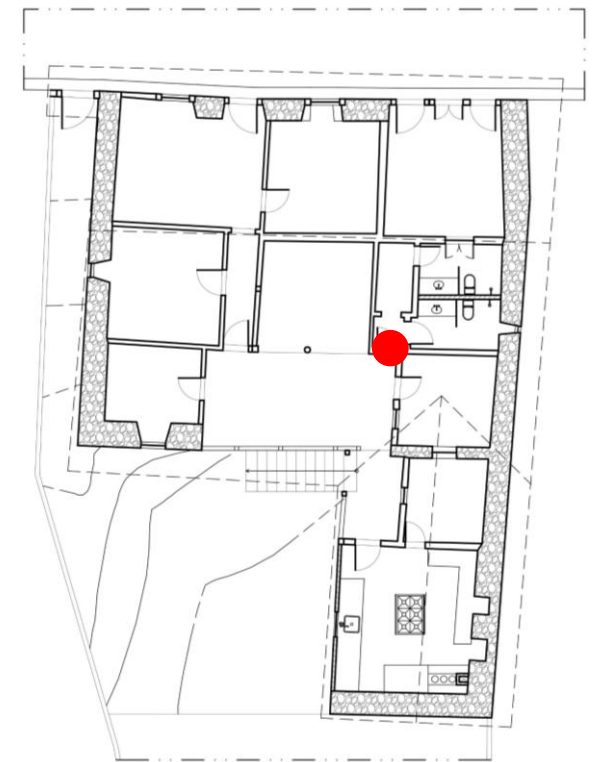


Vista externa



Vista interna

Mapa chave:



PORTA (PM 04)

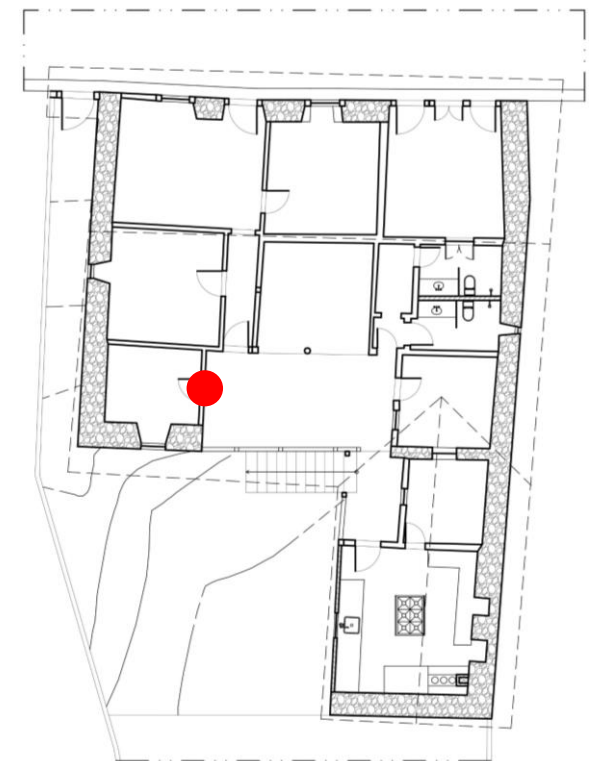


Vista externa



Vista interna

Mapa chave:



PORTA (PM 03)

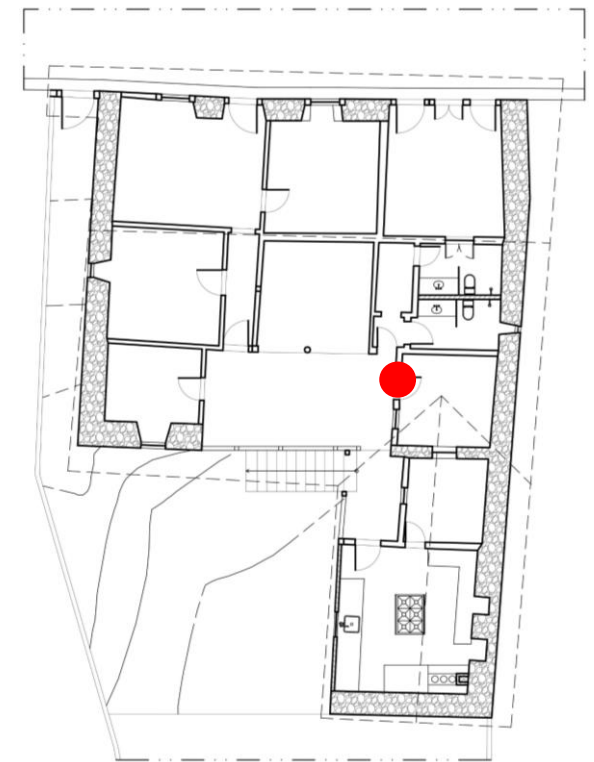


Vista externa



Vista interna

Mapa chave:



PORTA (PM 02)

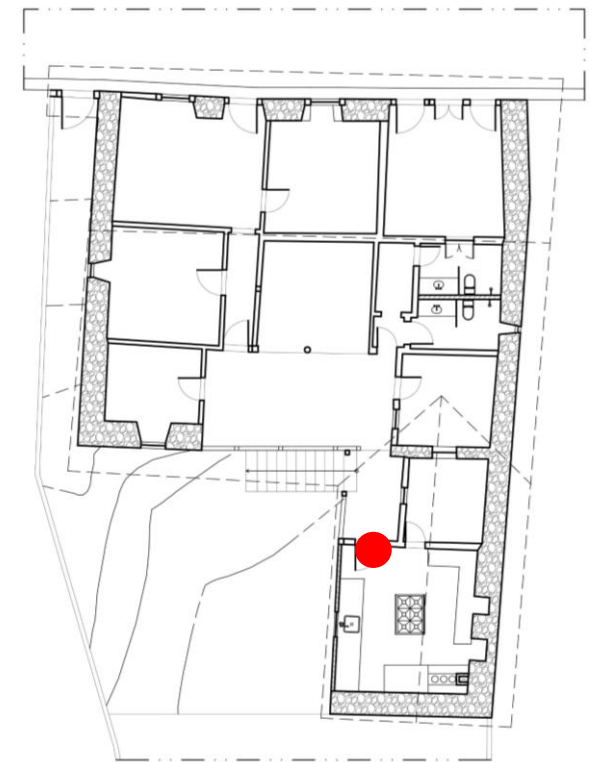


Vista externa



Vista interna

Mapa chave:



PORTA (PM 01)

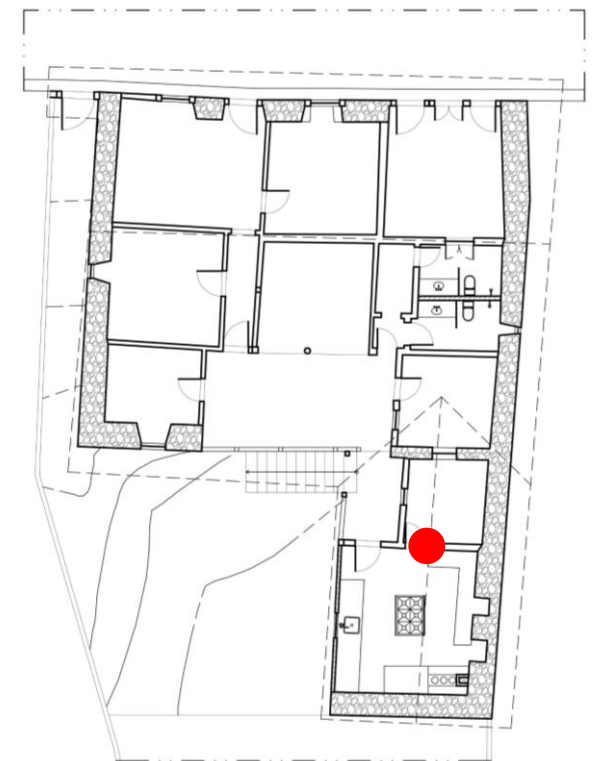


Vista externa



Vista interna

Mapa chave:



JANELA (JM 08)

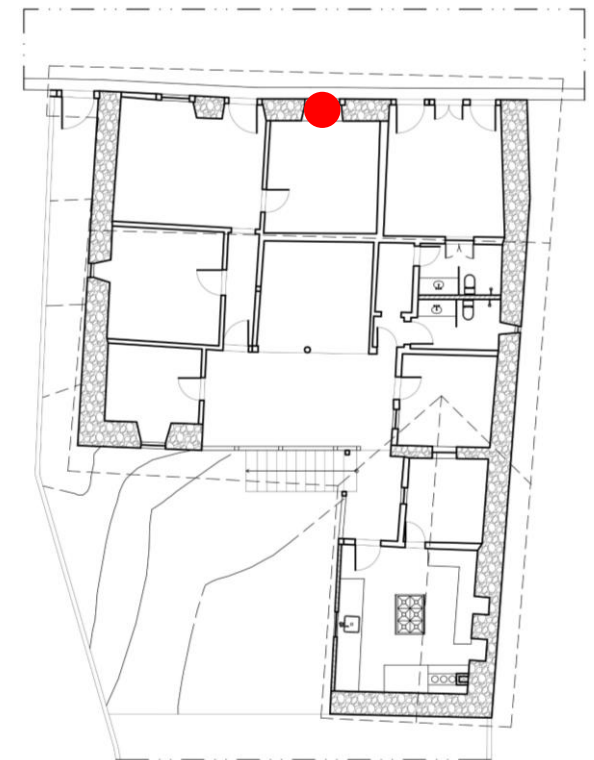


Vista externa



Vista interna

Mapa chave:



JANELA (JM 09)

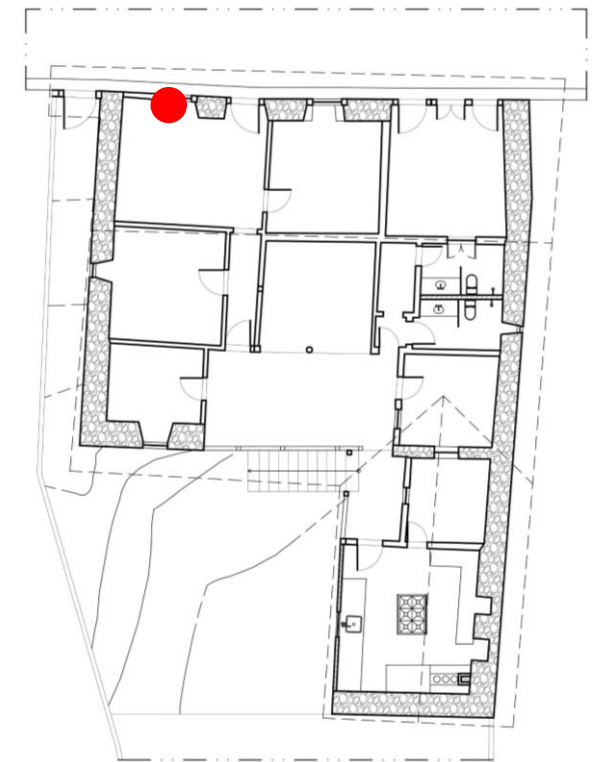


Vista externa



Vista interna

Mapa chave:



JANELA (JM 07)

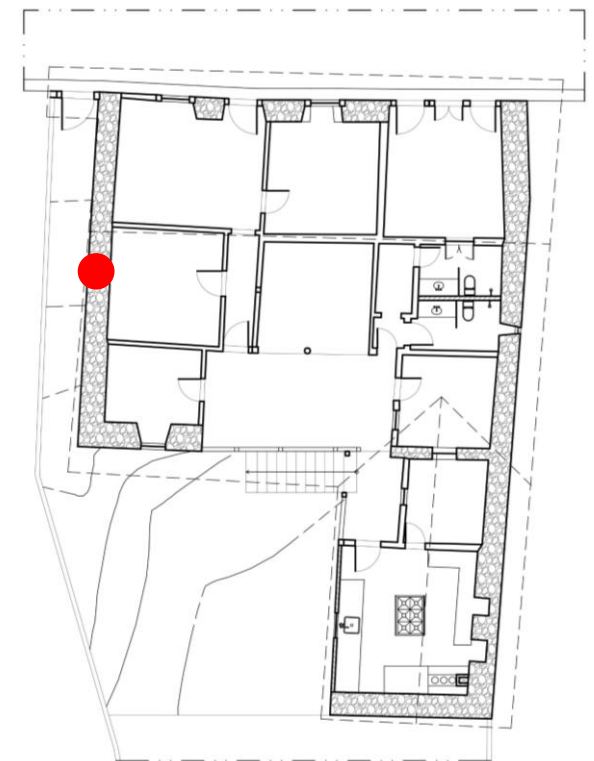


Vista externa



Vista interna

Mapa chave:



JANELA (JM 05)

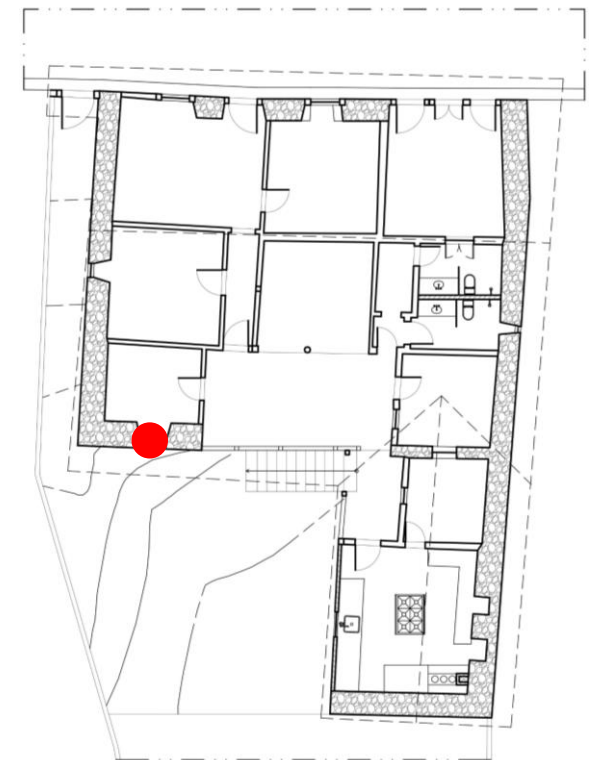


Vista externa



Vista interna

Mapa chave:



JANELA (JM 04)

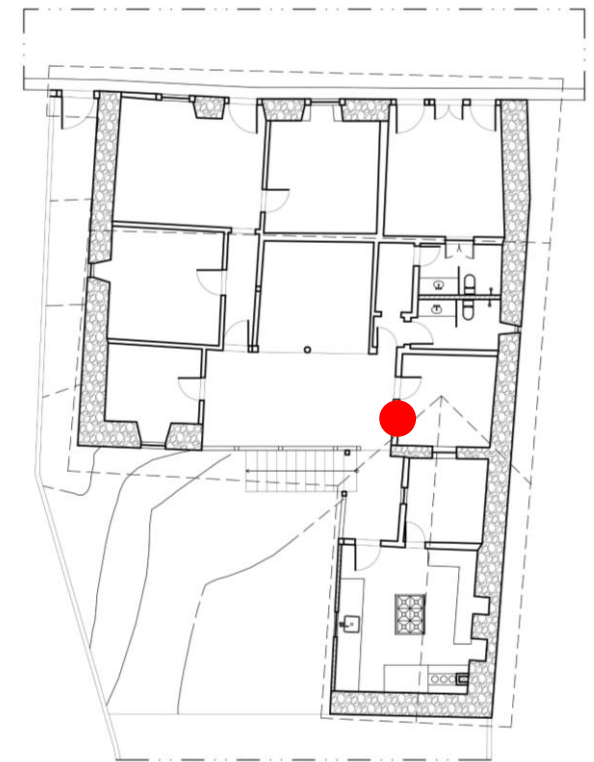


Vista externa



Vista interna

Mapa chave:



JANELA (J 06)

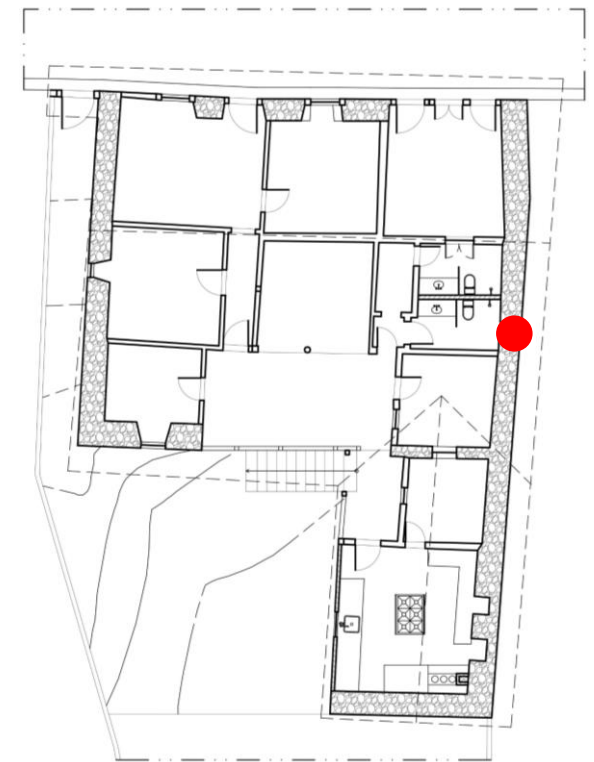
ÁREA SEM ACESSO



Vista externa

Vista interna

Mapa chave:



JANELA (JM 03)

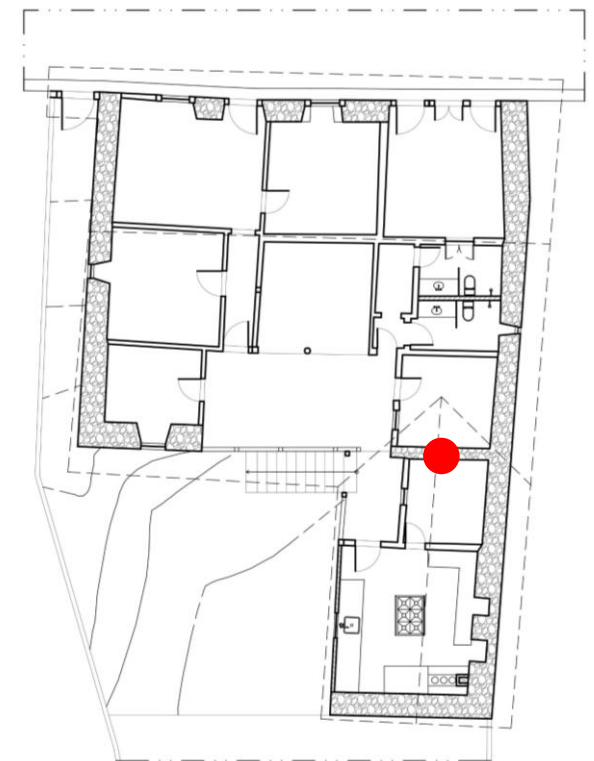


Vista externa



Vista interna

Mapa chave:



JANELA (JM 02)

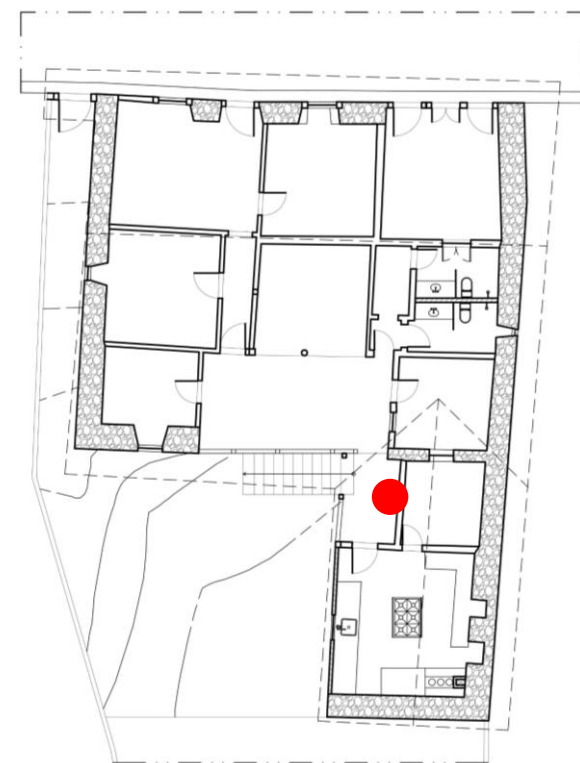


Vista externa



Vista interna

Mapa chave:



JANELA (JM 01)

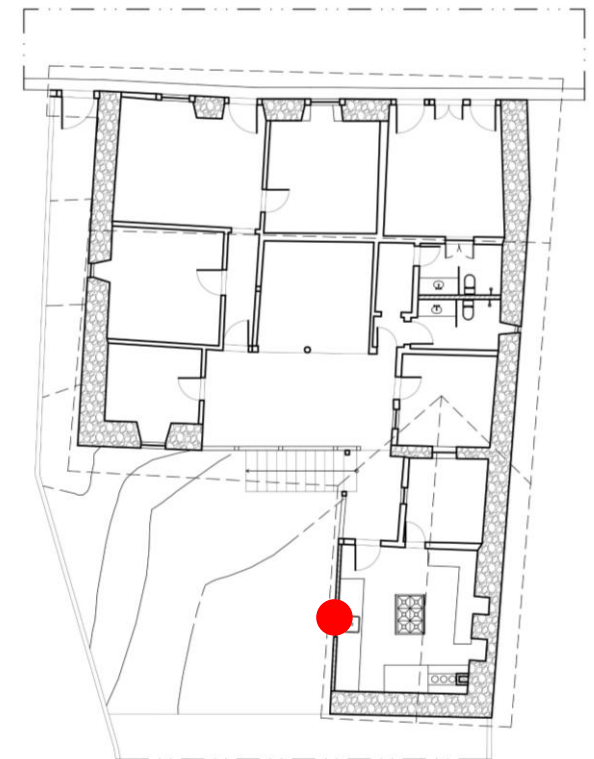


Vista externa



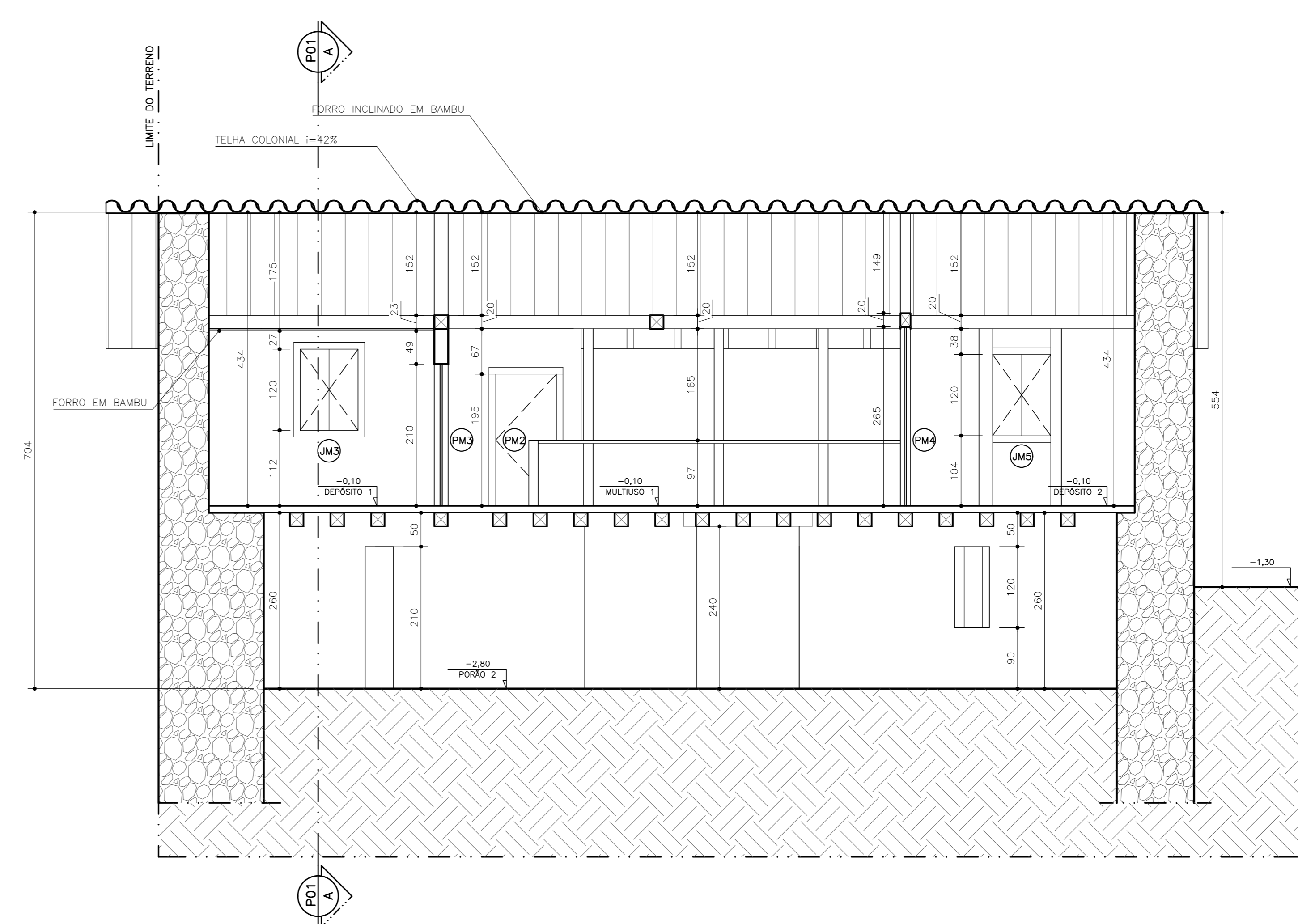
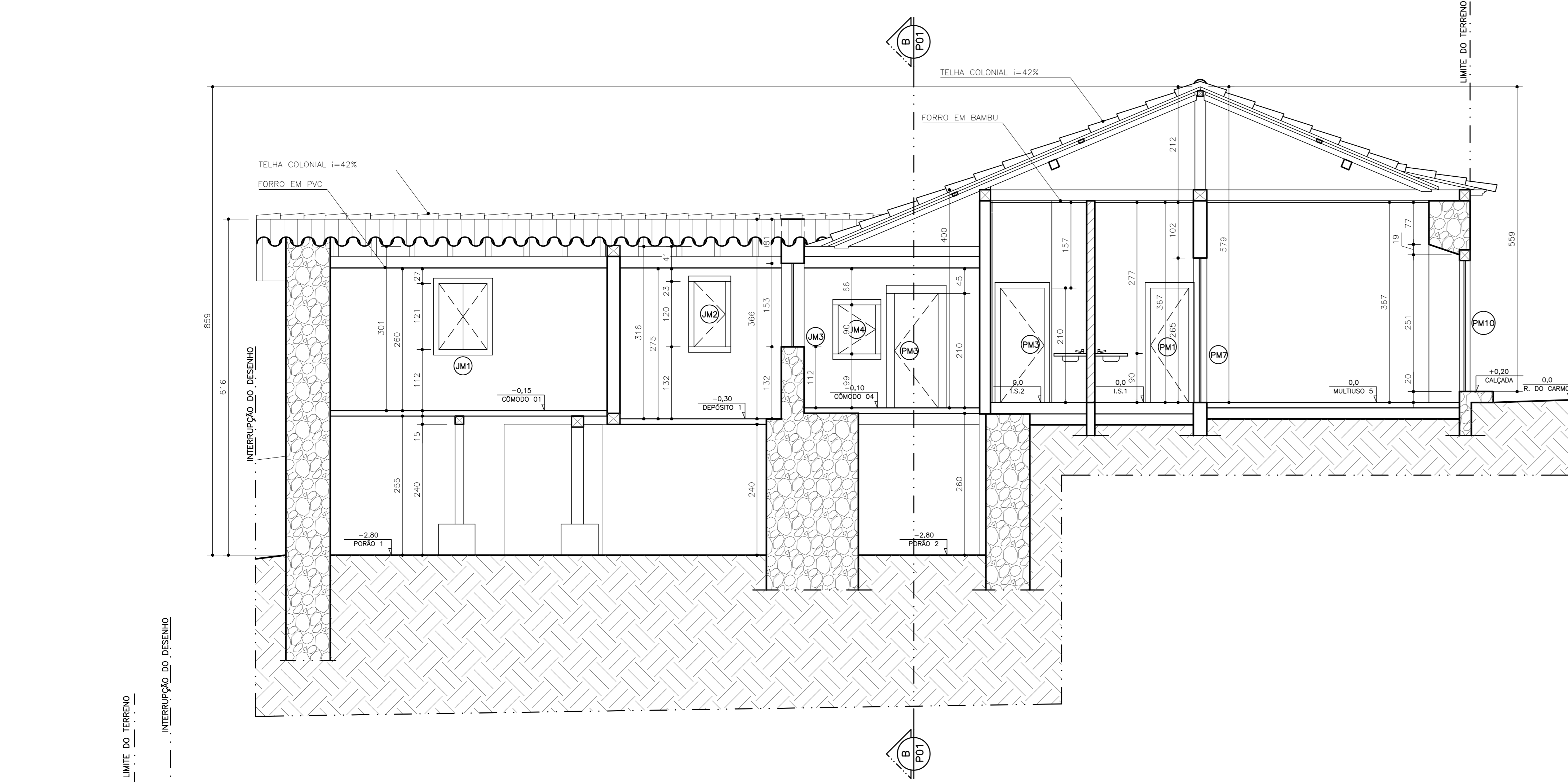
Vista interna

Mapa chave:



**APÊNDICE B – LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO DA CASA DA FESTA**



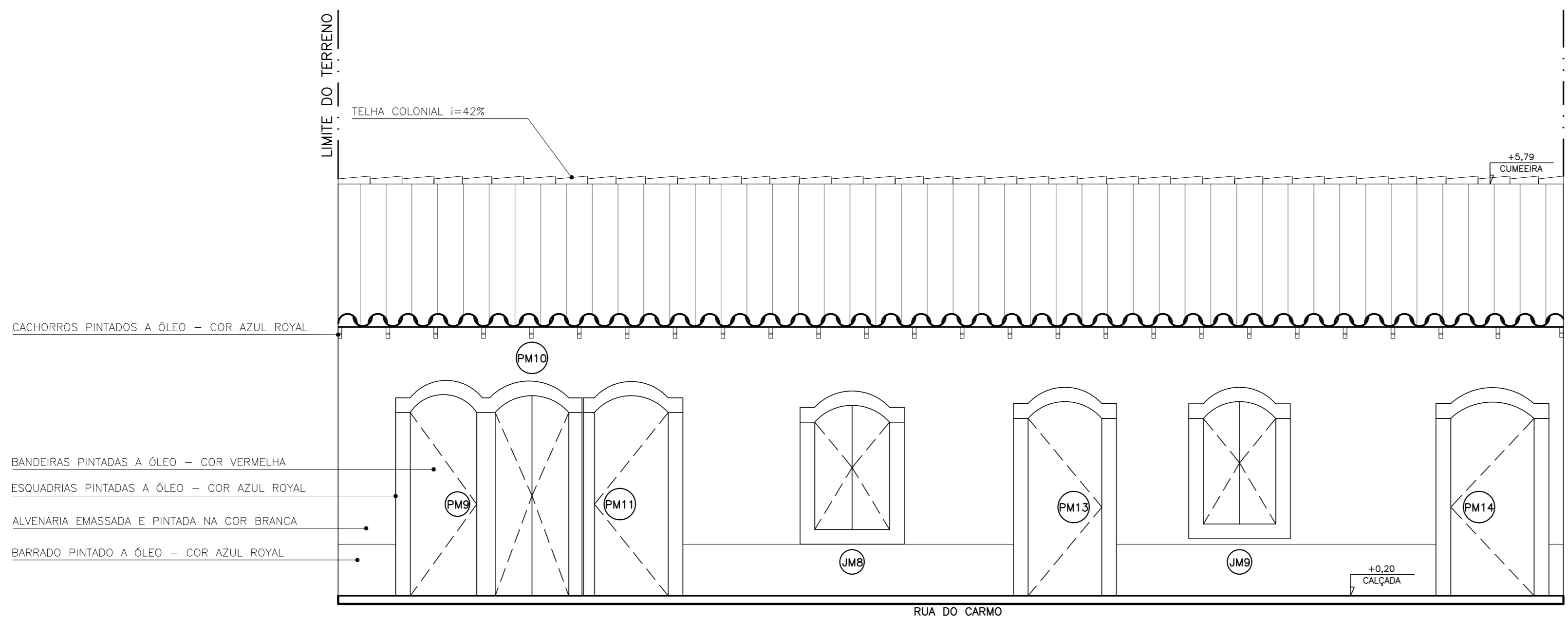


**CORTE BB**  
ESCALA 1/50

- ALVENARIA DE PEDRA
- ALVENARIA DE TIJOLO FURADO
- ESTRUTURA DE MADEIRA
- ALVENARIA DE PAU A PIQUE
- ESTRUTURA DE CONCRETO

**CORTE AA**  
ESCALA 1/50

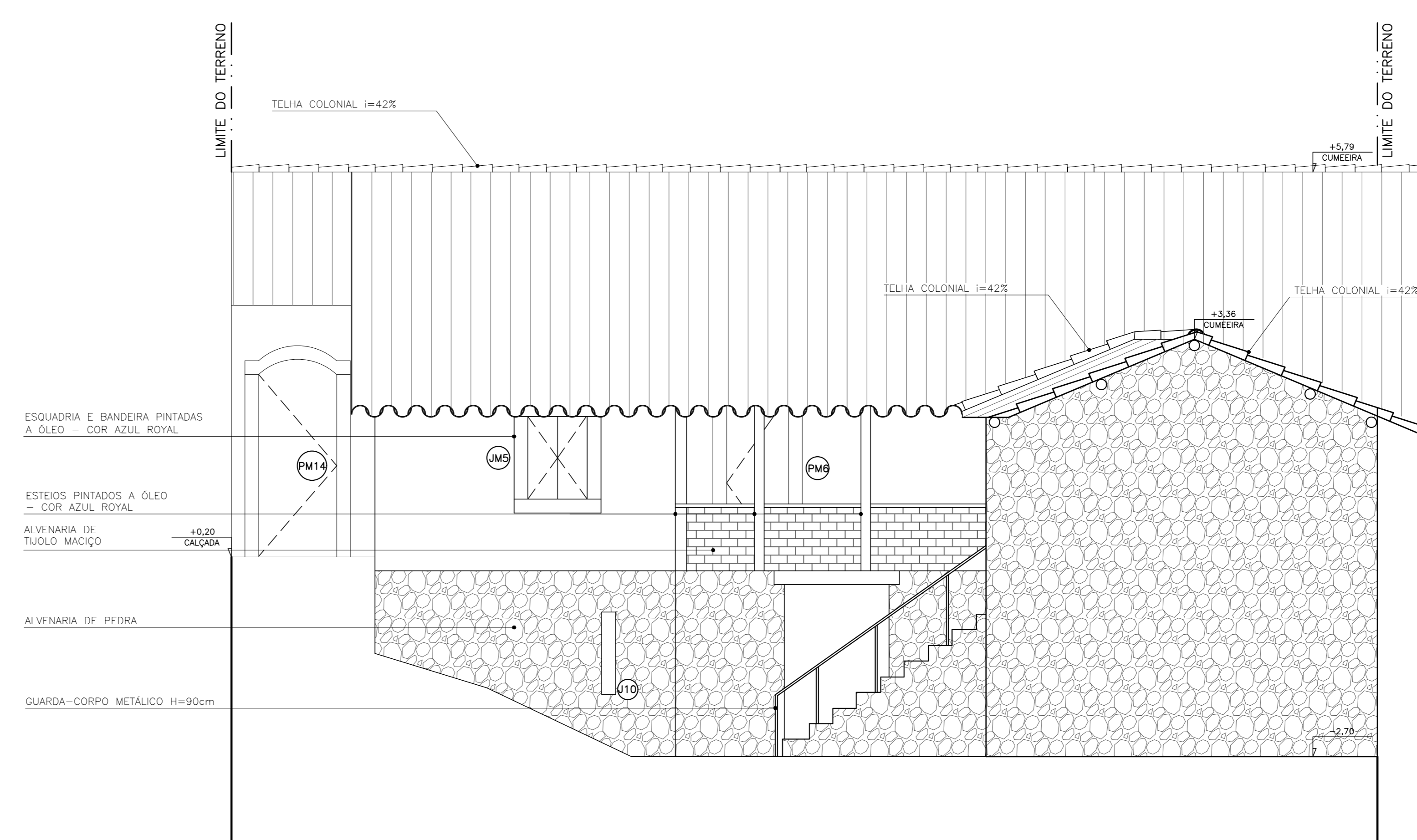
- LEGENDA:
- ALVENARIA DE PEDRA
  - ALVENARIA DE TIJOLO FURADO
  - ESTRUTURA DE MADEIRA
  - ALVENARIA DE PAU A PIQUE
  - ESTRUTURA DE CONCRETO



**FACHADA FRONTAL**  
ESCALA 1/50

QUADRO DE JANELAS					
CÓD.	LARG.	ALT.	FEIT.	FUNCIONAMENTO	MATERIAL/ACABAMENTO
JM1	88	121	112	ABRIR 02 FOLHAS	MADERA
JM2	58	120	112	ABRIR 02 FOLHAS	MADERA
JM3	86	120	112	ABRIR 02 FOLHAS	MADERA
JM4	86	90	104	ABRIR 02 FOLHAS	MADERA
JM5	86	90	104	ABRIR 02 FOLHAS	MADERA
J6	21	90	105	VÃO	INEXISTENTE
JM7	49	130	180	ABRIR 02 FOLHAS	MADERA
JM8	102	170	90	ABRIR 02 FOLHAS	MADERA
JM9	98	167	97,5	ABRIR 02 FOLHAS	MADERA
J10	20	120	90	VÃO	INEXISTENTE

QUADRO DE PORTAS				
CÓD.	LARG.	ALT.	FUNCIONAMENTO	MATERIAL/ACABAMENTO
PM1	70	210	ABRIR UMA FOLHA	MADERA
PM2	90	210	ABRIR UMA FOLHA	MADERA
PM3	80	210	ABRIR UMA FOLHA	MADERA
PM4	80	265	ABRIR UMA FOLHA	MADERA
PM5	70	210	ABRIR UMA FOLHA	MADERA
PM6	90	265	ABRIR UMA FOLHA	MADERA
PM7	100	265	ABRIR DUAS FOLHAS	MADERA
PM8	90	265	ABRIR UMA FOLHA	MADERA
PM9	90	273	ABRIR UMA FOLHA	MADERA
PM10	100	273	ABRIR DUAS FOLHAS	MADERA
PM11	100	273	ABRIR UMA FOLHA	MADERA
PM12	80	265	ABRIR UMA FOLHA	MADERA
PM13	100	265	ABRIR DUAS FOLHAS	MADERA
PM14	113	269	ABRIR UMA FOLHA	MADERA



**FACHADA POSTERIOR**  
ESCALA 1/50

PARA USO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDO FREITAS

PROJETO APROVADO PELA SMURH EM CONFORMIDADE COM OS ÍNDICES URBANÍSTICOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE, CABENDO AO PROPRIETÁRIO ATENDER A DEMAS NORMAS E EXIGÊNCIAS DE OUTROS ÓRGÃOS PERTINENTES, A RESPONSABILIDADE PELA QUALIDADE DO PROJETO E DOS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS.

DATA DA APROVAÇÃO: / / DATA DA VALIDADE: / /

RESPONSÁVEL PELA ANÁLISE: \_\_\_\_\_ DIRETOR(A) DO DEPTO: \_\_\_\_\_ SECRETÁRIO(A) DA SMURH: \_\_\_\_\_

---

PROJETO: LOTE: \_\_\_\_\_

Casa do Feste - Rua do Carmo, s/n, São Bartolomeu 973,00m²

PROPRIETÁRIO: \_\_\_\_\_

RESPONSÁVEL TÉCNICO: \_\_\_\_\_

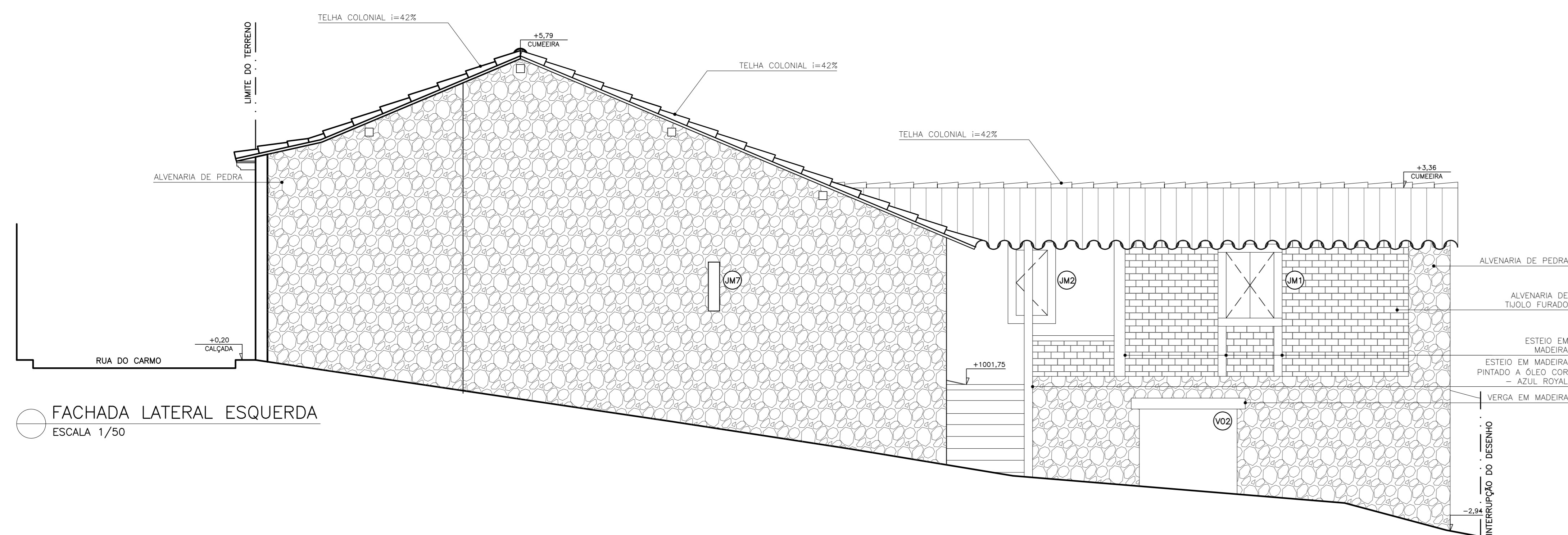
André Pinheiro Perdigão A12307-1 Arquiteto e Urbanista

DECLARAÇÃO DE APROVAÇÃO DO PROJETO NÃO APLICA NO RECONHECIMENTO POR PARTE DA PREFEITURA DO DIREITO DE PROPRIEDADE DO TERRENO.

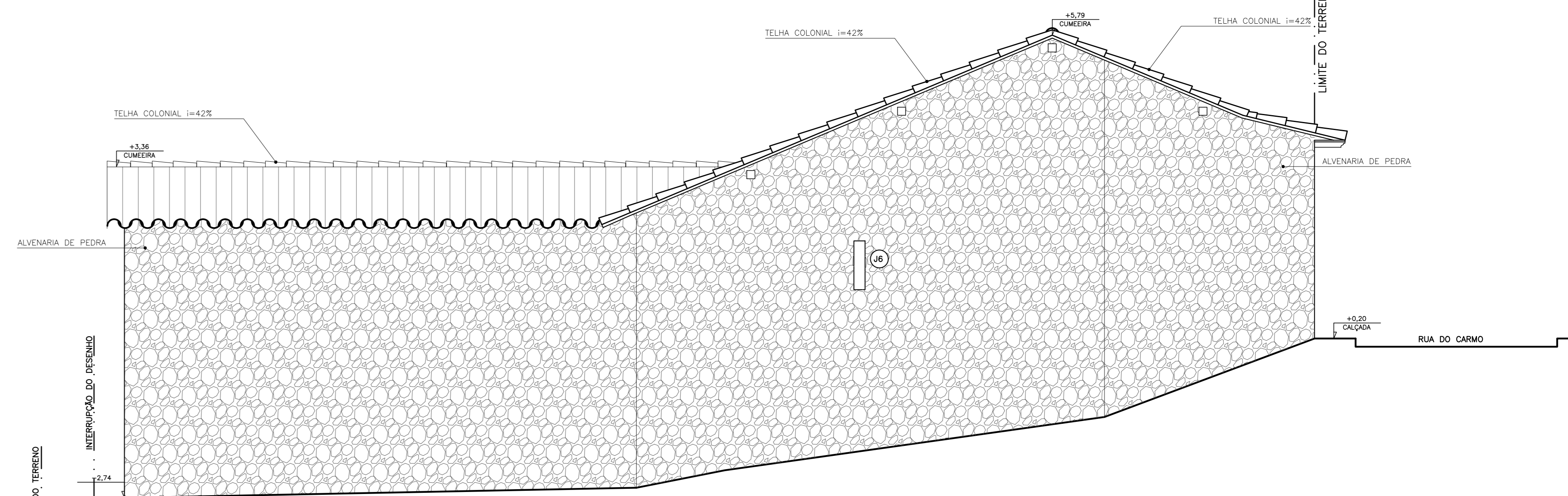
PROPRIETÁRIO: Associação de Desenvolvimento Comunitário de São Bartolomeu CPF/CNPJ: 025696147/0001-99

TÍTULO: LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO ZONE: INSTITUCIONAL: DATA: DEZEMBRO/24 FOLHA: 02/03

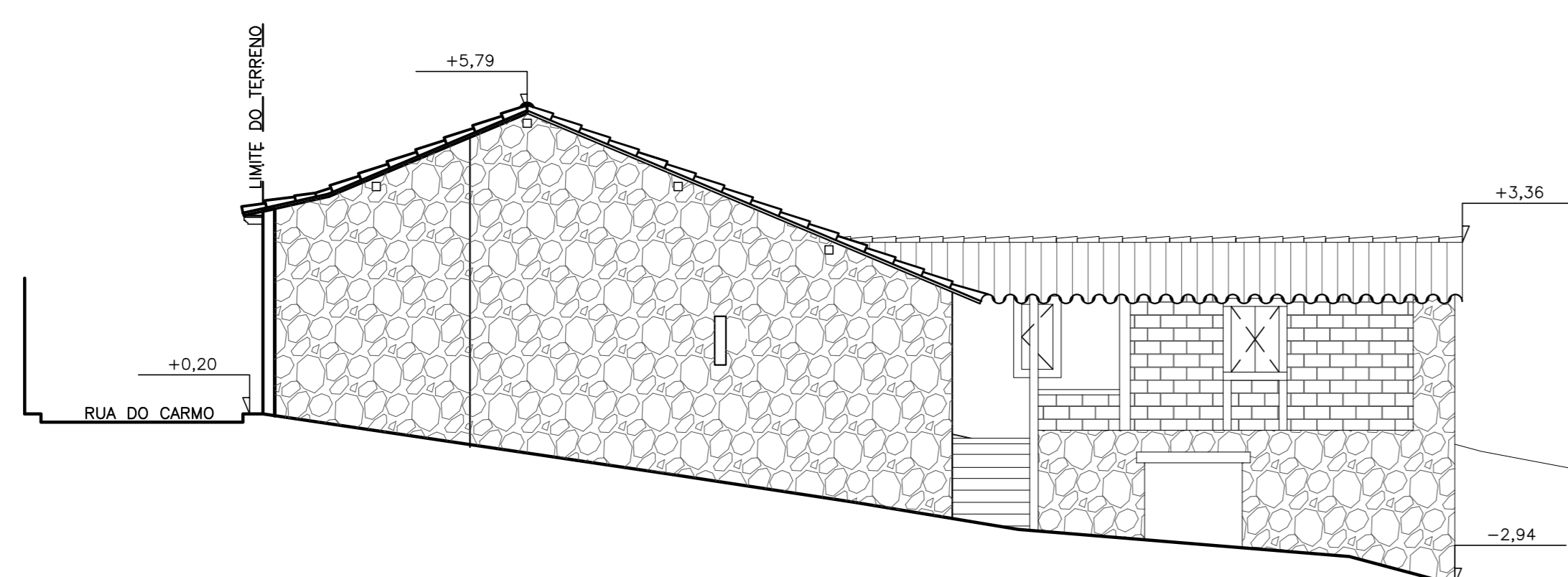
FEITO EM: \_\_\_\_\_ DATA DA ANÁLISE: \_\_\_\_\_



FACHADA LATERAL ESQUERDA  
ESCALA 1/50



FACHADA LATERAL DIREITA  
ESCALA 1/50



PERFIL ESQUEMÁTICO DO TERRENO - LATERAL ESQUERDA  
ESCALA 1/100



PERFIL ESQUEMÁTICO DO TERRENO - LATERAL DIREITA  
ESCALA 1/100

QUADRO DE JANELAS				
COD.	LARG.	ALT.	FEIT.	MATERIAL/ACABAMENTO
JM1	88	121	112	ABRIR 02 FOLHAS MADEIRA
JM2	58	120	112	ABRIR 02 FOLHAS MADEIRA
JM3	86	120	112	ABRIR 02 FOLHAS MADEIRA
JM4	68	90	104	ABRIR 02 FOLHAS MADEIRA
JM5	86	90	104	ABRIR 02 FOLHAS MADEIRA
J6	21	90	105	VÃO INEXISTENTE
JM7	49	100	180	ABRIR 02 FOLHAS MADEIRA
JM8	102	170	90	ABRIR 02 FOLHAS MADEIRA
JM9	98	167	97,5	ABRIR 02 FOLHAS MADEIRA
J10	20	120	90	VÃO INEXISTENTE

QUADRO DE PORTAS				
COD.	LARG.	ALT.	FUNCIONAMENTO	MATERIAL/ACABAMENTO
PM1	70	210	ABRIR UMA FOLHA	MADEIRA
PM2	90	210	ABRIR UMA FOLHA	MADEIRA
PM3	80	210	ABRIR UMA FOLHA	MADEIRA
PM4	80	265	ABRIR UMA FOLHA	MADEIRA
PM5	70	210	ABRIR UMA FOLHA	MADEIRA
PM6	90	265	ABRIR UMA FOLHA	MADEIRA
PM7	100	265	ABRIR DUAS FOLHAS	MADEIRA
PM8	90	265	ABRIR UMA FOLHA	MADEIRA
PM9	90	273	ABRIR UMA FOLHA	MADEIRA
PM10	100	273	ABRIR DUAS FOLHAS	MADEIRA
PM11	100	273	ABRIR UMA FOLHA	MADEIRA
PM12	80	265	ABRIR UMA FOLHA	MADEIRA
PM13	100	265	ABRIR DUAS FOLHAS	MADEIRA
PM14	113	269	ABRIR UMA FOLHA	MADEIRA

PARA USO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO  
 PROJETO APROVADO PELA SMURM EM CONFORMIDADE COM OS ÍNDICES URBANÍSTICOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE.  
 CABENDO AO PROPRIETÁRIO ATENDER A DEMAS NORMAS E EXIGÊNCIAS DE OUTROS ÓRGÃOS PERTINENTES.  
 A RESPONSABILIDADE PELA QUALIDADE DO PROJETO É DOS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS.  
 DATA DA APROVAÇÃO: / / DATA DA VALIDADE: / /

RESPONSÁVEL PELA ANÁLISE: \_\_\_\_\_ DIRETOR(A) DO DEPTO: \_\_\_\_\_ SECRETÁRIO(A) DA SMURM: \_\_\_\_\_

PROJETO	LOTE	INSCRIÇÃO	ÁREA DO TERRENO
	Casa do Feste - Rua do Carmo, s/n, São Bartolomeu		973,00m <sup>2</sup>
PROPRIETÁRIO	RESPONSÁVEL TÉCNICO	PROF. DE LICENCIATURA	PROF. DE LICENCIATURA
	André Pimenta Perdigão	A123607-1	Arquiteto e Urbanista
PROPRIETÁRIO	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE SÃO BARTOLOMEU	CNPJ/CNPIS	025696147/0001-99
	TÍTULO	LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO	ZPE INSTITUCIONAL
DETALHE	FACHADA LATERAL DIREITA, FACHADA LATERAL ESQUERDA E PERFIL ESQUEMÁTICO	DATA	DEZEMBRO/24
	03/03		